

- ATA DA REUNIÃO DE 21 DE JUNHO DE 2019 (N.º 13/2019)

Aos vinte e um dias do mês de junho do ano de dois mil e dezanove, nesta vila de Figueiró dos Vinhos, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal sob a Presidência do Senhor Jorge Manuel Fernandes de Abreu; estando presentes os Senhores Vereadores Eng.º Luís Filipe Antunes da Silva; Dr.ª Marta Inês Dinis Brás Cardoso Fernandes; Dr. Carlos Alberto David dos Santos Lopes e Eng.º Manuel da Conceição Paiva. ____

Hora de Abertura: quinze horas. _____

Verificando-se quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, estando presente o Senhor Chefe de Divisão da Unidade Orgânica Administrativa e Financeira, Dr. Vítor Alexandre Pimentel Duarte, procedendo-se de seguida à discussão e análise dos assuntos incluídos na Ordem de Trabalhos, tendo sido tomadas as deliberações que se seguem, após dar cumprimento ao período de antes da Ordem do Dia. ____

1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente da Câmara Municipal Jorge Abreu, cumprimentou todos os presentes, transmitindo aos Srs. Vereadores da necessidade da realização de uma reunião extraordinária dia 27/06/2019, pelas 11h00, relativa à Operação de Reabilitação Urbana (ORU) – Programa Estratégico da Reabilitação Urbana (ARU), cujo período de discussão pública termina a 26/06/2019 e ter que ser submetido à Assembleia Municipal de 28/06/2019. _____

Prosseguiu endereçando novamente o convite aos Srs. Vereadores para as Festas do Concelho, ocorrendo a sua inauguração naquele dia pelas 18h00. _____

O Sr. Vereador Dr. Carlos Lopes, sublinhou o dia da exaltação do nosso concelho, a comemoração de mais um aniversário, desejando a todos uma Festas Felizes, realçando o trabalho e o profissionalismo desenvolvido pelos trabalhadores do município nos preparativos das festas, para assim recebermos com a dignidade que merecem a quem nos visita. Saudou também a vinda da comunidade de Saint-Maximin para mais uma vez confraternizarem com toda a nossa gente, deixando uma palavra de grande expectativa. ____
Também deixou uma palavra de apreço aos trabalhadores que estiveram envolvidos na reparação do abastecimento de água, ocorrido na vila, tendo a oportunidade de testemunhar o trabalho notável que foi executado e a celeridade na resolução do problema. _____

O Sr. Vereador Eng.º Filipe Silva, cumprimentou o Sr. Presidente e Srs. Vereadores, o Sr. Chefe de Divisão e a Sr.ª Secretária do GAP, agradecendo o convite do Sr. Presidente para as festas do concelho, referindo que foi com muito agrado que o recebeu, confirmando a sua presença na sessão de abertura. Nesse seguimento apresentou um documento relativo ao assinalar do segundo aniversário do grande

- ATA DA REUNIÃO DE 21 DE JUNHO DE 2019 (N.º 13/2019)

incêndio de Pedrógão Grande, que leu e se transcreve na íntegra: _____

“Assinalou-se há poucos dias o segundo aniversário do grande incêndio de Pedrógão Grande com 66 vítimas mortais, mais de 250 feridos e que viria a queimar mais de 50 mil hectares de floresta, casas, empresas e explorações agrícolas em Figueiró dos Vinhos e nos concelhos vizinhos. _____

Os acontecimentos de há dois anos estão bem gravados na memória de todos nós. A intensidade com que todos vivemos aqueles dias não permite que se esqueça o que aconteceu: As pessoas, o sofrimento, a perda de familiares e amigos, a destruição de bens de milhares de vítimas que face à destruição do seu património ficaram todos mais pobres. _____

É por isso que não podemos deixar de assinalar esta data. Pelo respeito que as vítimas nos merecem e para que a sua memória se não desvaneça. Compete-nos a nós estar à altura das circunstâncias para que a sua vida não tenha sido em vão. Sem aproveitamentos e honrando a sua memória porque todos somos poucos para fazer o que falta e é muito. _____

Diz-se que o país mudou depois dos grandes incêndios de 2017. Em muitos aspetos sim, mas essa mudança, a existir, deve e tem de ser constante e duradoura. Se alguma coisa foi feita ainda há muito para fazer. Depois de tamanha tragédia aprendeu-se muito pouco. Há elementos essenciais que não se alteraram e ainda se continua à espera de uma reforma da floresta eficaz e estruturante. Desde logo a matriz florestal de forma a tornar o ordenamento florestal mais diversificado e mais prevenido em relação aos incêndios. _____

A confiança de políticos e instituições marcou o segundo aniversário da tragédia que nos assolou e marcou para sempre, mas ainda está longe o caminho para a gestão de uma nova floresta. Anunciaram-se medidas de apoio ao território e às populações, mas para estas últimas o balanço não é muito positivo. Legislou-se muito e rapidamente, mas nem sempre de forma eficaz gorando expectativas e esperanças num futuro melhor. _____

Se o passado não se pode esquecer é importante que o futuro e a capacidade de reconstrução de toda esta região seja uma prioridade de todos, **sabendo nós que a revitalização do chamado interior e a reforma florestal serão matérias que levarão o seu tempo. Demasiado tempo.** _____

Se podemos assinalar alguma coisa que correu menos bem há, no entanto, outras bem positivas como a solidariedade e o voluntariado, muito dele anónimo, no apoio às populações que merece destaque. _____

Depois de tantas interrogações, de tanto sofrimento que não esquecemos importa, aqui e agora, deixar, também, uma palavra de esperança na reconstrução de vidas e comunidades, confiando na nossa coragem, determinação e vontade em renascer das cinzas. _____

Figueiró dos Vinhos, 21 de junho de 2019 _____

O Vereador

- ATA DA REUNIÃO DE 21 DE JUNHO DE 2019 (N.º 13/2019)

Luís Filipe Silva”

O Sr. Presidente da Câmara Municipal Jorge Abreu, em relação ao assinalar do segundo aniversário do grande incêndio de 2017, adiantou que a Assembleia da República consagrou o dia 17 de junho como Dia Nacional em Memória das Vítimas dos Incêndios. _____

Quanto à reparação da conduta no centro da vila, também se congratula pela forma eficaz como foram desenvolvidos os trabalhos, reconhecendo o empenho, esforço e capacidade dos técnicos envolvidos para resolução do problema. _____

2. APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

- ATA DA REUNIÃO DE 21 DE JUNHO DE 2019 (N.º 13/2019)

Dispensando-se a leitura da ata, dado que o respetivo texto foi previamente enviado aos Senhores Vereadores, a ata n.º 12/2019 de 12/06/2019, foi aprovada por unanimidade e considerada conforme com a Minuta previamente elaborada no final da dita reunião. _____

3. BALANCETE, PAGAMENTOS E OUTROS:

OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS

O Senhor Presidente informou a Câmara Municipal de todos os pagamentos efetuados e autorizados no período compreendido entre o dia doze de junho de dois mil e dezanove e o dia dezanove de junho de dois mil e dezanove, respeitantes a despesas orçamentais na importância global de 783.465,99 € (setecentos e oitenta e três mil quatrocentos e sessenta e cinco euros e noventa e nove centimos)

Informou ainda das Ordens de Pagamento de Operações de Orçamentais emitidas no mesmo período, registadas sob os números 1412/2019 (mil quatrocentos e doze barra dois mil e dezanove) a 1544/2019 (mil quinhentos e quarenta e quatro barra dois mil e dezanove), respeitantes a despesas de operações de Orçamentais, na importância de 644.419,40€ (seiscentos e quarenta e quatro mil quatrocentos e dezanove euros e quarenta centimos). _____

OPERAÇÕES TESOURARIA

O Senhor Presidente informou a Câmara Municipal de todos os pagamentos efetuados e autorizados no período compreendido entre o dia doze de junho de dois mil e dezanove e o dia dezanove de junho de dois mil e dezanove, respeitantes a despesas de operações de tesouraria na importância global de 37.629,50€ (trinta e sete mil seiscentos e vinte e nove euros e cinquenta centimos). Informou ainda das Ordens de Pagamento de Operações de Tesouraria emitidas no mesmo período, registadas sob os números 153/2019 (cento e cinquenta e três barra dois mil e dezanove) a 155/2019 (cento e cinquenta e cinco barra dois mil e dezanove), respeitantes a despesas de operações de tesouraria, na importância de 18.158,50 € (dezoito mil cento e cinquenta e oito euros e cinquenta centimos) _____

O Senhor Presidente, deu conhecimento dos saldos constantes do resumo diário de tesouraria relativos ao dia dezanove de junho de dois mil e dezanove, conforme mapa anexo, os quais representam, em operações orçamentais 286.344,54 € (duzentos e oitenta e seis mil trezentos e quarenta e quatro euros e cinquenta e quatro centimos) e em operações não orçamentais (tesouraria) 105.594,02€ (cento e cinco mil quinhentos e noventa e quatro euros e dois centimos). _____

OUTROS

- ATA DA REUNIÃO DE 21 DE JUNHO DE 2019 (N.º 13/2019)

O Senhor Presidente deu conhecimento à Câmara Municipal dos seguintes documentos: _____

Relação dos despachos referentes aos autos de medição e faturas de empreitadas e fornecimentos de bens e serviços no período entre 06.06.2019 a 14.06.2019. _____

Relação dos despachos referentes a processos de aquisição de serviços e fornecimento de bens e empreitadas no período entre 06.06.2019 e 14.06.2019. _____

O Sr. Vereador Eng.º Filipe Silva, tomou conhecimento dos pagamentos efetuados no pressuposto de que foram feitos à luz da legislação vigente e obedecendo a critérios de rigor e boa gestão. _____

O Sr. Vereador Dr. Carlos Lopes, tomou conhecimento dos pagamentos efetuados no pressuposto de que foram feitos à luz da legislação vigente e obedecendo a critérios de rigor e boa gestão. _____

4. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

- ATA DA REUNIÃO DE 21 DE JUNHO DE 2019 (N.º 13/2019)

4.1 RATIFICAÇÃO DE ATOS DA COMPETÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DO N.º 3 DO ARTIGO 35.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO:

Despachos proferidos pelo Sr. Vereador Eng.º Manuel Paiva, datados de 05 de junho de 2019: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade ratificar os Despachos do Sr. Vereador, relativos à cedência de viatura à Associação Desportiva de Figueiró dos Vinhos, correspondendo o apoio no valor total de 188,20€ (cento e oitenta e oito euros e vinte cêntimos); bem como à Sociedade Musical Instrução e Recreio Figueirense e Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Figueiró dos Vinhos. _____

4.2 CONSOLIDAÇÃO DE MOBILIDADES INTERCARREIRAS E

INTERCATEGORIAS: Sobre o assunto foi presente a seguinte Proposta de Deliberação n.º 55/2019 emitida pelo Sr. Presidente Jorge Abreu, tendo a Câmara Municipal deliberado por unanimidade proceder em conformidade com a mesma, autorizando a consolidação das mobilidades intercarreiras e intercategorias existentes na presente data no Município de Figueiró dos Vinhos, observados os termos do artigo 99.º-A (Consolidação da Mobilidade Intercarreiras ou Intercategorias) do Anexo à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aditado pelo artigo 270.º da lei n.º 42/2016 de 28 de dezembro (OE 2017), com efeitos a 1 de julho de 2019. _____

Proposta de Deliberação n.º 55/2019:

“Considerando a informação interna n.º 6 de 12 de junho de 2019, da Subunidade Orgânica Recursos Humanos da Unidade Orgânica Administrativa e Financeira; _____

Considerando o artigo 99.º-A (consolidação da mobilidade intercarreiras ou intercategorias) do anexo à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aditado pelo artigo 270.º da LOE2017, refere que a mobilidade intercarreiras ou intercategorias dentro do mesmo órgão ou serviço, pode consolidar-se definitivamente, desde que reunidas, cumulativamente as seguintes condições: _____

- a) Exista acordo do órgão ou serviço de origem, quando exigido para a constituição da situação de mobilidade; _____
- b) Exista acordo do trabalhador; _____
- c) Exista posto de Trabalho disponível; _____

- ATA DA REUNIÃO DE 21 DE JUNHO DE 2019 (N.º 13/2019)

- d) Quando a mobilidade tenha tido a duração do período experimental estabelecido para a carreira de destino; _____

Considerando ainda que deverão ser observados todos os requisitos especiais, designadamente, formação específica, conhecimentos ou experiência, legalmente exigidos para o recrutamento e que por último, dispõe o mesmo artigo a aplicação destas normas, com as necessárias adaptações, aos trabalhadores das autarquias locais em situação de mobilidade, a qual se pode consolidar definitivamente mediante proposta do dirigente máximo do serviço e decisão do responsável pelo Órgão Executivo. _____

Com base nos requisitos atrás referidos, considera-se que estão reunidas as condições supra referidas, uma vez que: _____

- Não existe necessidade de acordo do órgão ou do serviço de origem para a constituição das modalidades de mobilidade (requisitos da alínea a)); _____
- A consolidação tem o acordo dos trabalhadores (requisito da alínea b)); _____
- Os postos de trabalho estão previstos no mapa de pessoal para o ano de 2019 (requisito da alínea c));
- Quanto ao requisito da alínea d), que prevê um período experimental estabelecido para as carreiras e categorias descritas, nomeadamente, 120 dias para a carreira e categoria de Assistente Técnico/Coordenador Técnico e 180 dias para a carreira e categoria de Técnico Superior, nos termos do n.º 1 do artigo 49.º da lei n.º 35/2014 de 20 de junho e, nos termos da cláusula 6.ª do Acordo Coletivo de trabalho nº 1/2009 (Acordo Coletivo de Carreira Gerais), conforme se verifica pela análise da tabela seguinte, considerando a data início das mobilidades, todos os trabalhadores detêm um período experimental de maturidade superior ao mínimo legal exigido: _____

Trabalhador	Habilitações	Carreira/Categoria de Origem	Início da Mobilidade	Proposta Carreira/Categoria de destino	Posição remuneratória - nível remuneratório
Cláudio Pedro de Oliveira Lopes	Licenciatura	Assistente Técnica	01/01/2018	Técnico Superior	2.ª Posição/Nível 15
Filipe Miguel Pires Barreiros	Licenciatura	Assistente Operacional	01/01/2018	Técnico Superior	2.ª Posição/Nível 15
Matine Conceição Rodrigues	Licenciatura	Assistente Técnico	01/01/2018	Técnico Superior	2.ª Posição/Nível 15
Maria Fátima Guimarães da Cunha e Almeida Lima	Licenciatura	Assistente Técnico	01/01/2018	Técnica Superior	2.ª Posição/Nível 15
Pedro Miguel Henriques do Rosário	Licenciatura	Assistente Técnico	01/01/2018	Técnico Superior	2.ª Posição/Nível 15
Teresa Paula Mendes Carvalho Almeida	12.º Ano	Assistente Operacional	01/01/2018	Assistente Técnica	1.ª Posição/Nível 5
Célia Maria Martins da Silva Lopes	12.º Ano	Assistente Técnico	01/01/2018	Coordenador Técnico	1.ª Posição/Nível 14
Gonçalo Filipe Graça Quaresma	12.º Ano	Assistente Técnico	01/01/2018	Coordenador Técnico	1.ª Posição/Nível 14

Considerando o exposto e tendo em conta que os trabalhadores são titulares das habilitações literárias exigidas, possuem formação específica e têm conhecimento e experiência legalmente exigida para o recrutamento nas áreas de intervenção dos serviços em causa e constatada ainda a necessidade por parte dos vários serviços no

- ATA DA REUNIÃO DE 21 DE JUNHO DE 2019 (N.º 13/2019)

desenvolvimento das tarefas gerais e específicas, nas carreiras e categorias de Coordenador Técnico, Assistente Técnico e Técnico Superior. _____

Nestes termos, entende-se que quer do ponto de vista formal quer de enquadramento legal, estão reunidos os requisitos necessários à eventual consolidação das referidas mobilidades, pelo que face ao exposto, propõe-se que a Câmara Municipal autorize a consolidação das mobilidades intercarreiras e intercategorias existentes na presente data no Município de Figueiró dos Vinhos, observados os termos do artigo 99.º-A (Consolidação da Mobilidade Intercarreiras ou Intercategorias) do Anexo à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aditado pelo artigo 270.º da lei n.º 42/2016 de 28 de dezembro (OE 2017), com efeitos a 1 de julho de 2019”. _

4.3 1.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL 2019: Sobre o assunto foi presente a seguinte Proposta de Deliberação n.º 56/2019 emitida pelo Sr. Presidente Jorge Abreu, tendo a Câmara Municipal deliberado por unanimidade proceder em conformidade com a mesma, aprovando a 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal 2019. _____

Mais deliberou submeter este assunto à Assembleia Municipal.

A respetiva documentação fica arquivada aos documentos anexos da presente ata.

Proposta de Deliberação n.º 56/2019:

“Considerando a alteração à Organização dos serviços do Município de Figueiró dos Vinhos, publicada no Diário da República, 2ª série, n.º 234 de 30 de Novembro de 2015, aprovada em reunião da Câmara Municipal de 29/05/2019, com vista ao correto desenvolvimento do processo de reformulação dos serviços municipais, de acordo com a fundamentação constante na respetiva proposta de deliberação; _____

Considerando, também, a aprovação pela Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, em reunião de 12/06/2019 da alteração ao Regulamento para os cargos de direção intermédia do Município de Figueiró dos Vinhos, bem como a alteração ao Regulamento de Organização dos Serviços do Município de Figueiró dos Vinhos e Organograma; _____

Considerando, ainda, a lei n.º 71/2018, de 31 de Dezembro – ORÇAMENTO ESTADO 2019, na sua versão atualizada, que procedeu no seu artigo 344.º, à alteração do artigo 5º do decreto-lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, acrescentando o seguinte : “ 2 – As câmaras municipais e as juntas de freguesia podem, adicionalmente, propor aos respetivos órgãos deliberativos a reestruturação dos seus serviços, nomeadamente na sequência da transferência de novas Competências, nos termos da Lei n.º 50/2018, de 16 de Agosto, e dos diplomas setoriais a que se refere o n.º 1 do artigo 4.º da referida lei. _____

- ATA DA REUNIÃO DE 21 DE JUNHO DE 2019 (N.º 13/2019)

3 – O disposto no número anterior tem em conta os recursos humanos e financeiros necessários à prossecução das novas competências” _____

Face ao exposto, a presente proposta de alteração resulta da necessária adequação do Mapa de Pessoal do Município de Figueiró dos Vinhos à nova Organização dos Serviços considerando a nova realidade da atuação do Município de Figueiró dos Vinhos. _____

Assim PROponho que a Câmara Municipal delibere aprovar e submeter à Assembleia Municipal a primeira alteração ao mapa de pessoal do Município de Figueiró dos Vinhos para o ano 2019, conforme documento em anexo” _____

4.4 PROPOSTA DE REGULAMENTO DO COMPLEXO EMPRESARIAL SONUMA:

Sobre o assunto foi presente a seguinte Proposta de Deliberação n.º 57/2019 emitida pelo Sr. Presidente Jorge Abreu, tendo a Câmara Municipal deliberado por unanimidade proceder em conformidade com a mesma, dando início ao procedimento, aprovando o projeto de regulamento do Complexo Empresarial SONUMA, prescindindo da fase inicial prevista no artigo 98.º e no artigo 100.º considerando tratar-se de um regulamento que deve observar as condicionantes que decorrem do contrato de financiamento assinado entre o Município de Figueiró dos Vinhos e a Autoridade de Gestão do CENTRO 2020 (“Termo de Aceitação”) e que a realização da obra é apoiada por Fundos Europeus, no âmbito do PORTUGAL2020/CENTRO 2020 e que se constata que as *suas disposições não afetam negativamente, de modo direto e imediato direitos ou interesses legalmente protegidos e, ademais, é razoavelmente de prever que a diligência possa comprometer a execução ou a utilidade do regulamento.* _____

Mais deliberou que o projeto de regulamento seja submetido a consulta pública, nos termos do artigo 101.º do CPA, para recolha de sugestões, tendo em consideração que a mesma se justifica pela natureza da matéria que regula, procedendo para o efeito, à sua publicação na 2.ª série do Diário da República e na página da internet do município de Figueiró dos Vinhos, pelo prazo de 30 dias, a contar da data da publicação do projeto de regulamento e que os contributos sejam dirigidos ao Presidente da Câmara Municipal, endereçados ou entregues pessoalmente no edifício sede do município de Figueiró dos Vinhos, Praça do Município, 3260-408 Figueiró dos Vinhos ou remetidos via correio eletrónico, para o seguinte endereço: investimento@cm-figueirodosvinhos.pt, devendo os interessados colocar, como “Assunto”, o seguinte texto: “ Apresentação de sugestões – Projeto de regulamento do Complexo Empresarial SONUMA. _____

O referido Regulamento fica por fotocópia, arquivado aos documentos anexos da presente ata. _____

Proposta de Deliberação n.º 57/2019:

- ATA DA REUNIÃO DE 21 DE JUNHO DE 2019 (N.º 13/2019)

“Considerando que: _____

O Município de Figueiró dos Vinhos apresentou uma candidatura ao CENTRO2020 para a implementação do projeto “Complexo Empresarial SONUMA” e que a mesma foi objeto de aprovação pelas entidades competentes, com a consequente assinatura do Contrato de Financiamento, esta autarquia realizou os procedimentos necessários para a concretização da mesma, designadamente a realização da obra que constitui o objeto central da candidatura. _____

O grau de execução da obra e as previsões da sua conclusão, alicerçadas nos documentos que constituem o processo de empreitada, tornam oportuna a aprovação do normativo através do qual o Município de Figueiró dos Vinhos poderá proceder à disponibilização dos espaços de instalação aos potenciais interessados. _____

O processo de cedência e disponibilização dos espaços de instalação empresarial deve observar as condicionantes que decorrem do contrato de financiamento assinado entre o Município de Figueiró dos Vinhos e a Autoridade de Gestão do CENTRO 2020 (“Termo de Aceitação”) e concomitantemente o que consta do processo de candidatura, aprovação e esclarecimento prestados por aquela entidade gestora, salvaguardando-se desta forma a elegibilidade das despesas de investimento a participar no âmbito deste processo. _____

A definição da estratégia empresarial a assumir e a conjugação de todas as determinações e condicionantes a observar, contribuíram para a elaboração de um documento que se pretende estratégico na ótica da captação de investimento privado, gerador de riqueza e criador de emprego. _____

O presente regulamento tem por objetivo subjacente a criação de um quadro de obrigações, deveres e garantias entre os intervenientes, por forma a dar continuidade, no espaço e no tempo, à filosofia, à lógica de funcionamento, aos objetivos gerais e à estratégia preconizada para o Complexo Empresarial SONUMA, concretizando assim uma estratégia definida pelo Município de Figueiró dos Vinhos de realizar um grande investimento num espaço que se encontrava devoluto, reabilitando o mesmo com um objetivo específico de o colocar à disposição do investidor privado, após a realização da obra apoiada por Fundos Europeus, no âmbito do PORTUGAL2020/CENTRO 2020. _____

Este regulamento dá à entidade gestora do Complexo Empresarial SONUMA mecanismos de segurança e atuação no controle dos projetos de instalação aceites, salvaguardando os valores de apoio comunitário e investimento municipal envolvidos e de uma forma muito clara, transparente e concorrencial dá às empresas candidatas à instalação, um quadro de direitos e responsabilidades de atuação pelo qual se têm de reger no âmbito da candidatura e instalação no Complexo Empresarial SONUMA.’ _____

Numa lógica de captação de investimento privado, potencialmente criador de emprego e gerador de riqueza, a determinação do custo-benefício da implementação do Complexo Empresarial SONUMA tem que ter presente a premissa de que o investimento privado é o móbil da economia, da dinâmica económica do território e o garante de criação de emprego e fixação de população. Ao invés de ser considerado um custo, o encargo que o

- ATA DA REUNIÃO DE 21 DE JUNHO DE 2019 (N.º 13/2019)

Município de Figueiró dos Vinhos suporta com a realização da obra, é tido como um investimento produtivo, capaz de alavancar a concretização de investimento privado, gerando assim ganhos diretos para o território na criação de emprego e geração de riqueza que direta e indiretamente vai proporcionar ao Município outros benefícios. _____

É intenção deste Município dar início ao procedimento de aprovação do projeto do Regulamento do Complexo Empresarial SONUMA, nos termos do artigo 98.º n.º 1 do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pela lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, na sua versão atualizada. _____

Considerando tratar-se de um regulamento que deve observar as condicionantes que decorrem do contrato de financiamento assinado entre o Município de Figueiró dos Vinhos e a Autoridade de Gestão do CENTRO 2020 (“Termo de Aceitação”) e que a realização da obra é apoiada por Fundos Europeus, no âmbito do PORTUGAL2020/CENTRO 2020, constata-se que as suas disposições *não afetam* negativamente, *de modo direto e imediato direitos ou interesses legalmente protegidos* e, ademais, *é razoavelmente de prever que a diligência possa comprometer a execução ou a utilidade do regulamento*, pelo que, deverá ser dispensado o início do procedimento previsto no artigo 98.º, n.º 1 assim como a realização de audiência de interessados, nos termos do n.º 1 e da alínea b) do n.º 3 do artigo 100.º do Código do Procedimento Administrativo. _____

Assim, deverá desencadear-se o procedimento para aprovar o projeto de Regulamento do Complexo Empresarial SONUMA, no uso da competência prevista no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa e das alíneas k) e ee) do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, prescindindo da fase inicial prevista no artigo 98.º e no artigo 100.º do CPA, propondo-se que o projeto de regulamento seja submetido a consulta pública, nos termos do artigo 101.º do CPA, para recolha de sugestões, tendo em consideração que a mesma se justifica pela natureza da matéria que regula, procedendo para o efeito, à sua publicação na 2.ª série do Diário da República e na internet, no sítio institucional do município. _____

Findo esse procedimento e analisados e tomados em consideração eventuais comentários e sugestões o projeto será submetido à aprovação da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal nos termos da alínea k) do artigo 33.º e alínea g) do artigo 25.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. _____

Nestes termos PROponho que a Câmara Municipal, pelos motivos acima expostos delibere: _____

1- Que seja dado início ao procedimento de aprovação do projeto de regulamento do Complexo Empresarial SONUMA, prescindindo da fase inicial prevista no artigo 98.º e no artigo 100.º considerando tratar-se de um regulamento que deve observar as condicionantes que decorrem do contrato de financiamento assinado entre o Município de Figueiró dos Vinhos e a Autoridade de Gestão do CENTRO 2020 (“Termo de Aceitação”) e que a realização da obra é apoiada por Fundos Europeus, no âmbito do PORTUGAL2020/CENTRO 2020 e que se constata que as *suas disposições não afetam negativamente, de modo direto e imediato direitos ou interesses legalmente protegidos* e, ademais, *é razoavelmente de prever que a diligência possa comprometer a execução*

- ATA DA REUNIÃO DE 21 DE JUNHO DE 2019 (N.º 13/2019)

ou a utilidade do regulamento; _____

2- Que o projeto de regulamento seja submetido a consulta pública, nos termos do artigo 101.º do CPA, para recolha de sugestões, tendo em consideração que a mesma se justifica pela natureza da matéria que regula, procedendo para o efeito, à sua publicação na 2.ª série do Diário da República e na página da internet do município de Figueiró dos Vinhos, pelo prazo de 30 dias, a contar da data da publicação do projeto de regulamento; _____

3- Que os contributos sejam dirigidos ao Presidente da Câmara Municipal, endereçados ou entregues pessoalmente no edifício sede do município de Figueiró dos Vinhos, Praça do Município, 3260-408 Figueiró dos Vinhos ou remetidos via correio eletrónico, para o seguinte endereço: investimento@cm-figueirodosvinhos.pt, devendo os interessados colocar, como “Assunto”, o seguinte texto: “ Apresentação de sugestões – Projeto de regulamento do Complexo Empresarial SONUMA; _____

4- Que findo esse procedimento e analisados e tomados em consideração eventuais comentários e sugestões o projeto seja submetido à aprovação da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal nos termos da alínea k) do artigo 33.º e alínea g) do artigo 25.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro”. _____

4.5 BENEFICIAÇÃO DOS PERCURSOS PEDONAIS – FASE 2 (RUA MAJOR

NEUTEL DE ABREU): Sobre o assunto foi presente a seguinte Informação Interna n.º 19/2019 emitida pela Sr.ª Arq.ª Sónia Costa do Gabinete de Gestão Urbanística e Planeamento, tendo a Câmara Municipal deliberado por unanimidade proceder em conformidade com a mesma, aprovando o projeto “Beneficiação dos Percursos Pedonais – Fase 2 (Rua Major Neutel de Abreu)”. _____

Mais deliberou submeter a Candidatura ao Aviso CENTRO-06-2018-20. _____

Informação Interna n.º 19/2019: _____

“Em relação ao assunto em epígrafe e partindo do pressuposto que o quadro legal e regulamentar vigente não é alterado, assim se informa: _____

1. OBJETO

Trata-se de uma operação urbanística promovida pelo Município de Figueiró dos Vinhos, isenta de controlo prévio enquadrando-se nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 7º do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação. _____

- ATA DA REUNIÃO DE 21 DE JUNHO DE 2019 (N.º 13/2019)

Nos termos do n.º 6 do art.º 7º do regime acima citado, a realização das operações urbanísticas deve observar as normas legais e regulamentares que lhes forem aplicáveis, designadamente as constantes de instrumento de gestão territorial, do regime jurídico de proteção do património cultural, do regime jurídico aplicável à gestão de resíduos de construção e demolição, e as normas técnicas de construção. _____

“A presente proposta tem por objetivo a beneficiação dos percursos pedonais em grande parte da rua Rua Major Neutel de Abreu, importante ponto de circulação pedonal.” Pág. 3 MEMÓRIA DESCRITIVA | Beneficiação de Percursos Pedonais – fase 2 | Figueiró dos Vinhos | 000 | Junho de 2019 _____

1.1 O projeto apresenta uma estimativa orçamental de 268 330,05 €, a este valor acresce a taxa de IVA em vigor. _____

1.2 O projeto apresenta uma calendarização de 6 meses. _____

2. ANÁLISE TÉCNICA

2.1 CONFORMIDADE COM PMOT E OUTRAS NORMAS LEGAIS E REGULAMENTARES EM VIGOR _____

2.1.1 ENQUADRAMENTO _____

2.1.1.1 Enquadramento PDM

Publicado em Diário da República, 2.ª série, n.º 168, de 28 de agosto, sob o Aviso n.º 9814/2015. _____

2.1.1.1.1 Ordenamento

→ Classificação e Qualificação do Solo:

→ Solo Rural:

Espaços Agrícolas de Produção; _____

Espaços Florestais de Produção; _____

Espaços Florestais de Conservação; _____

Espaços Naturais; _____

- ATA DA REUNIÃO DE 21 DE JUNHO DE 2019 (N.º 13/2019)

Aglomerados Rurais; _____

Áreas de Edificação Dispersa; _____

Espaços de Ocupação Turística; _____

Zona de Recreio Balnear e Respetiva Zona de Proteção – POACB; _____

Áreas Turísticas – POACB; _____

→ **Solo Urbano:** _____

✓ **Solo Urbanizado;** _____

Espaços Centrais; _____

✓ **Espaços Urbanos de Baixa Densidade – Nível I;** _____

Espaços Urbanos de Baixa Densidade – Nível II; _____

Espaços de Atividades Económicas; _____

Espaços de Uso Especial – Áreas de equipamentos; _____

Solo Urbanizável: Espaços de Atividades Económicas; _____

→ **Zonamento Acústico – Sobreposição.** _____

→ **Património – Sobreposição.**

2.1.1.1.2 Condicionantes

→ **Reserva Ecológica Nacional – Não há sobreposição.** _____

→ **Reserva Agrícola Nacional e Aproveitamentos Hidroagrícolas –**
Não há ssobreposição. _____

Área Florestais Percorridas por Incêndios – Sem área ardida. _____

→ **Risco de Incêndio – Sem classe atribuída.** _____

→ **Outras Condicionantes – Sobreposição – Rede Municipal.**

- ATA DA REUNIÃO DE 21 DE JUNHO DE 2019 (N.º 13/2019)

→

2.1.2 CONFORMIDADE COM PMOT: PDM

2.1.2.1 Parâmetros urbanísticos:

Não há parâmetros urbanísticos aplicáveis face à tipologia do projeto.

2.1.2.2 Conformidade dos Parâmetros urbanísticos com as normas do PDM

Não há inconveniente com os parâmetros e normas estabelecidos no PDM.

2.2 SERVIDÕES ADMINISTRATIVAS E RESTRIÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA EM VIGOR

2.3.1 Recursos Naturais: _____

Domínio Hídrico _____

Domínio Hídrico - Leitos e Margens dos Cursos de Água. _____

Albufeira de Águas Públicas: _____

Albufeira de Castelo de Bode; _____

Albufeira do Cabril, Bouça e Santa Luzia e respetivas zonas de proteção (RCM n.º 45/2002, de 13 de março); _____

Respetivas zonas de proteção _____

Recursos Agrícolas e Florestais _____

Reserva Agrícola Nacional; _____

Aproveitamentos Hidroagrícolas; _____

Perímetro Florestal de Castanheira de Pera; _____

Perímetro Florestal de Alge e Penela; _____

Perímetro Florestal da Serra da Lousã; _____

Árvore de Interesse Público (Platanus x Acerfolia – Alameda constituída por 17 plátanos de grande porte – Aviso n.º 5 de 1 de junho) _____

- ATA DA REUNIÃO DE 21 DE JUNHO DE 2019 (N.º 13/2019)

Recursos Ecológicos _____

Reserva Ecológica Nacional; _____

Rede Natura 2000 – PTCON 0060 – Sítio da Serra da Lousã _____

Património Edificado _____

a. Monumento Nacional: _____

- i. Igreja de São João Batista, Paroquial de Figueiró dos Vinhos (Decreto N.º8331, DG, I Série nº 167, de 17 de agosto 1922). _____

b. **Imóvel de Interesse Público:** _____

- i. Pelourinho de Aguda (Decreto N.º 23 122, DG, I Série nº 231 de 11 de outubro de 1933); _____
- ii. Torre da Cadeia Comarcã (Decreto N.º 28/82, DR, I Série nº 47, de 26 de fevereiro 1982); _____
- iii. Convento de Nossa Senhora do Carmo dos Carmelitas Descalços (Decreto N.º 2/96, DR, I Série – B nº 56 de 6 de março 1996). _____

c. Imóvel de Interesse Municipal: _____

- i. "O Casulo" (Decreto N.º 28/82, DR, I Série, nº 47, de 26 de fevereiro 1982); _____

✓ **Infraestruturas** _____

Rede Elétrica

i1 Rede Nacional de Transporte de Eletricidade (RNT): _____

i2 Muito alta tensão (220kv). _____

i3 Rede Nacional de Distribuição de Eletricidade (RND): _____

i4 Média Tensão (15kv). _____

Rede Rodoviária

Rede Nacional de Autoestradas: _____

i 5 Autoestrada: A13 (zona de servidão Decreto-Lei nº 13/94, de 15 de janeiro). _____

- ATA DA REUNIÃO DE 21 DE JUNHO DE 2019 (N.º 13/2019)

ii Rede Nacional Complementar: _____

ii1 Itinerário Complementar: IC8 e IC3 (zona de servidão Decreto-Lei nº 13/94, de 15 de janeiro);

ii2 Estradas Nacionais: EN236-1 (zona de servidão Decreto-Lei nº 13/94, de 15 de janeiro).

iii Estradas Regionais: ER347 (zona de servidão Decreto-Lei nº 13/94, de 15 de janeiro). _____

iv Estradas Nacionais Desclassificadas Sob Jurisdição da EP: EN236-1 (zona de servidão Decreto-Lei nº 13/71, de 23 de janeiro). _____

v. Rede Municipal: _____

(i) Estradas Nacionais Desclassificadas sob Jurisdição da Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos: EN236-1, EN237 e EN350 (zona de servidão Decreto-Lei nº 13/71, de 23 de janeiro);

(ii) Estradas Municipais: EM 517, EM 521, EM 524 e EM 525 (zona de servidão Lei nº 2110/61, de 19 de agosto);

(iii) Caminhos Municipais: (zona de servidão Lei nº 2110/61, de 19 de agosto). _____

Telecomunicações _____

Ligação Hertziana Montejunto <> Serra de Aire <> Lousã (Despacho Conjunto A -97/90-XI, DR 249, || Série, de 27 de outubro de 1990. _____

Marcos Geodésicos _____

2.3 USO, ASPETO EXTERIOR, INSERÇÃO URBANA E PAISAGISTICA DA EDIFICAÇÃO

2.3.1 Intervenções – De acordo com o projeto que se encontra em anexo.

3. CONCLUSÕES

3.1 Trata-se de uma intervenção na Rua Major Neutel de Abreu, com frentes edificadas consolidadas e com afastamentos definidos, tendo neste sentido haver a necessidade de elaboração e desenvolvimento de um projeto que definisse propostas com a intensão de promover a mobilidade urbana e a gestão viária, apresentando soluções para cumprimento de legislação aplicável e em vigor;

- ATA DA REUNIÃO DE 21 DE JUNHO DE 2019 (N.º 13/2019)

3.2 Considera-se que o projeto reúne condições necessárias para a aprovação;

3.3 Sugere-se que sejam informadas a U.O.A.F. e a U.O.O.M., considerando que possa ser um projeto executado no âmbito da contratação pública, de que: Por se tratar de uma operação urbanística promovida pelo Município de Figueiró dos Vinhos, isenta de controlo prévio e nos termos do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, n.º 7 do art.º 7.º - à realização da operação urbanística aplica-se o disposto a que se refere ao termo de responsabilidade, à publicitação do início e do fim das operações urbanísticas”.

4.6 ALTERAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL POR FORÇA DA LEI DE BASES DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO REGIME JURÍDICO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO DO TERRITORIAL – INÍCIO DO PROCEDIMENTO:

Sobre o assunto foi presente a seguinte Proposta de Deliberação n.º 58/2019 emitida pelo Sr. Presidente Jorge Abreu, tendo a Câmara Municipal deliberado por unanimidade proceder em conformidade com a mesma, aprovando a revogação do ato administrativo da deliberação da Câmara Municipal de 8.2.2017 e publicação em Diário da Republica, 2.ª Série – N.º 80 de 24.04.2017, nos termos do n.º 1 do art.º 165.º do Código do Procedimento Administrativo, através do qual foi dado início ao procedimento de alteração ao Plano Diretor Municipal de Figueiró dos Vinhos para fazer face à obrigatoriedade da transposição das normas vinculativas dos particulares do Plano de Ordenamento da Albufeira de Castelo de Bode para o Plano Diretor Municipal de Figueiró dos Vinhos, nos termos conjugados do n.º 1 do art.º 76.º do RJIGT, por ser o órgão competente para a prática do ato, dando início ao procedimento de alteração do Plano Diretor Municipal, por força do artigo 78.º da lei n.º 31/2014, de 30 de maio, que estabelece as bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo e do n.º 2 do artigo 199.º do Decreto – lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua atual redação, que aprovou o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), de modo a incluir as normas diretamente vinculativas dos particulares que integram o conteúdo dos PEOT em vigor, bem como incluir as novas regras de classificação do solo, estipulando o prazo para proceder à alteração do Plano Diretor Municipal até ao dia 13.07.2020, prorrogável por uma única vez (RJIGT, art.º 76.º, n.º 1, n.º 6) bem como o prazo do período de participação pública seja de 15 dias úteis, sendo este destinado à formulação de sugestões e apresentação de informações sobre quaisquer questões que possam, ser consideradas no âmbito do processo de alteração do Plano, nos termos do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT, art.º 76.º, n.º 1 e art.º 88.º, n. 2).

- ATA DA REUNIÃO DE 21 DE JUNHO DE 2019 (N.º 13/2019)

Mais deliberou que a presente deliberação seja publicada na 2.ª Série do Diário da República, divulgada através da comunicação social, da plataforma colaborativa de gestão territorial e no sítio da Internet da Câmara Municipal (www.cm-figueiroduosvinhos.pt), e que os contributos à presente proposta de alteração sejam dirigidos ao Presidente da Câmara Municipal, endereçados ou entregues pessoalmente no edifício sede do município de Figueiró dos Vinhos, Praça do Município, Apartado n.º 4, 3260-408 Figueiró dos Vinhos ou remetidos via correio eletrónico, para o seguinte endereço: gtl@cm-figueiroduosvinhos.pt, devendo os interessados colocar, como “Assunto”, o seguinte texto: “Alteração do Plano Diretor Municipal por força da Lei de Bases do Ordenamento do Território e do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão do Territorial – Início do procedimento”. _____

Proposta de Deliberação n.º 58/2019:

“Considerando: _____

I - ENQUADRAMENTO DA NECESSIDADE DE ALTERAÇÃO DO PDM

1. O atual PDM foi publicado em Diário da República, 2.ª série, n.º 168, de 28 de agosto, sob o Aviso n.º 9814/2015 e entrou em vigor no dia seguinte; _____
2. Durante a sua revisão foi alterada a **lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo**, através da publicação da lei n.º 31/2014, de 30 de maio; bem como foi alterado o **regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial**, através da publicação do decreto - lei n.º 80/2015, de 14 de maio; _____
 - 2.1. A lei de bases veio estipular que os Planos Especiais de Ordenamento do Território (PEOT) passam a programas especiais de ordenamento do território: _____
 - a) Perdendo a natureza regulamentar e a sua vinculação direta aos particulares; _____
 - b) Mantendo apenas o vínculo para a administração; _____
 - c) Passando os planos municipais ou intermunicipais a concentrar as regras diretamente vinculativas dos particulares; _____
 - 2.1.1. Face a esta alteração as normas diretamente vinculativas dos particulares que integram o conteúdo dos PEOT em vigor devem ser vertidas para os PDM até 13 de julho de 2020, conforme o artigo 78.º da lei de bases na sua atual redação; _____

- ATA DA REUNIÃO DE 21 DE JUNHO DE 2019 (N.º 13/2019)

2.1.2.Em Figueiró dos Vinhos deverão ser vertidas para o PDM, até ao prazo estipulado algumas normas do Plano de Ordenamento da Albufeira de Castelo de Bode - POACB e Plano de Ordenamento das Albufeiras de Cabril, Bouça e Santa Luzia - POACBSL, sob pena de rejeição de candidaturas de projetos a benefícios ou subsídios outorgados por entidades ou serviços públicos nacionais ou comunitários, bem como a não celebração de contratos -programa, até à regularização da situação (artigo 78.º conjugado com os n.os 4, 5 e 6 do artigo 46.º, todos da Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, na sua atual redação); _____

2.2. Já o decreto - lei n.º 80/2015, de 14 de maio, nas suas disposições finais e transitórias, designadamente o seu artigo 197.º, estipula que a novas regras não se aplicavam aos procedimentos relativos aos instrumentos de gestão territorial que se encontrassem em fase de discussão pública, à data da sua entrada em vigor; _____

2.2.1.Deste modo à revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos não foram aplicadas as novas regras dado que já se encontrava em aprovação final; _____

2.2.2.Contudo, as mesmas disposições finais e transitórias do decreto - lei n.º 80/2015 definem, no seu artigo 199.º n.º 2, que os planos municipais ou intermunicipais devem, no prazo máximo de cinco anos após a entrada em vigor do decreto - lei (13/7/2015), incluir as regras de classificação e qualificação previstas no decreto-lei, sob pena de suspensão das normas do plano territorial que deveriam ter sido alteradas, não podendo, na área abrangida e enquanto durar a suspensão, haver lugar à prática de quaisquer atos ou operações que impliquem a ocupação, uso e transformação do solo; _____

3. Deste modo a Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos **dispõe até ao dia 13/7/2020** para proceder à alteração do PDM de modo a incluir as normas diretamente vinculativas dos particulares que integram o conteúdo dos PEOT em vigor, bem como incluir as novas regras de classificação do solo, sob pena de:

3.1. Suspensão das normas do PDM que deveriam ter sido alteradas, não podendo, na área abrangida e enquanto durar a suspensão, haver lugar à prática de quaisquer atos ou operações que impliquem a ocupação, uso e transformação do solo; _____

3.2. Rejeição de candidaturas de projetos a benefícios ou subsídios outorgados por entidades ou serviços

- ATA DA REUNIÃO DE 21 DE JUNHO DE 2019 (N.º 13/2019)

públicos nacionais ou comunitários, bem como a não celebração de contratos -programa, até à regularização da situação. _____

II - PRINCIPAIS ALTERAÇÕES**Por força da Lei de Bases:**

Transposição de normas que não foram incluídas no PDM por na altura o Plano de Ordenamento da Albufeira do Castelo de Bode, ser vinculativo dos particulares. Por exemplo: interditar em algumas zonas da Reserva a alteração do uso do solo, a abertura de novas estradas e caminhos ou a realização de escavações ou aterros.

Por força da Lei de Bases e do RJGT:

Alteração da classificação do solo assente na distinção fundamental entre solo urbano e solo rústico. _____

III - PROCEDIMENTO APLICÁVEL

1. De acordo com a dinâmica dos instrumentos de gestão territorial, prevista no n.º 1 e n.º 2 alínea c) do artigo 115.º, do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (RJGT), publicado no decreto - lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua atual redação, os planos territoriais podem ser objeto de alteração, que incide sobre o normativo e ou parte da respetiva área de intervenção e decorre da entrada em vigor de leis ou regulamentos que colidam com as respetivas disposições; _____
2. Conforme estipula o n.º 1 do artigo 119.º do mesmo diploma a alteração ao plano diretor municipal segue, com as devidas adaptações, os procedimentos previstos para a sua elaboração, aprovação, ratificação e publicação; _____
3. Assim, de acordo com o n.º 1 do artigo 86.º, devidamente adaptado, a alteração do Plano Diretor Municipal é determinada por deliberação da Câmara Municipal, a qual estabelece os prazos de elaboração e o período de participação, sendo publicada no Diário da República e divulgada através da comunicação social, da plataforma colaborativa de gestão territorial e no sítio na Internet da Câmara Municipal. ____

IV - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO PARA INÍCIO DO PROCEDIMENTO DE ALTERAÇÃO**1. Oportunidade e termos de referência**

- ATA DA REUNIÃO DE 21 DE JUNHO DE 2019 (N.º 13/2019)

- 1.1. Necessidade de alteração do Plano Diretor Municipal de Figueiró dos Vinhos por força do artigo 78.º da lei n.º 31/2014, de 30 de maio, que estabelece as bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo; _____
- 1.2. Necessidade de alteração do Plano Diretor Municipal de Figueiró dos Vinhos por força do n.º 2 do artigo 199.º do Decreto – lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua atual redação, que aprovou o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT); _____
- 1.3. A alteração não mudará a estratégia de ordenamento do território contida no Plano Diretor Municipal em vigor mas visará: _____
- 1.1.1.A inclusão das normas diretamente vinculativas dos particulares que integram o conteúdo dos PEOT em vigor; _____
- 1.1.2.A adaptação do plano às novas regras de classificação e qualificação do solo definidas no RJIGT; _____
- 1.1.3.Introdução de pequenas alterações no regulamento e/ou acertos de cartografia com vista à correção de erros e imprecisões detetadas desde a sua entrada em vigor; _____

2. Prazo de elaboração

O prazo de elaboração da Alteração do PDM é determinado por deliberação da Câmara Municipal, podendo ser prorrogado por uma única vez (RJIGT, art.º 76.º, n.º1, n.º 6). _____

3. Período de participação

O prazo do período de participação pública é determinado por deliberação da Câmara Municipal e não deve ser inferior a 15 dias, sendo este destinado à formulação de sugestões e à apresentação de informações sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do processo de alteração do Plano (RJIGT, art.º 76.º, n.º 1 e art.º 88.º, n.º 2). _____

4. Publicitação

Nos termos do art.º 191.º e 192.º do RJIGT, é obrigatória a publicação em Diário da República da deliberação para o início do procedimento de alteração do PDM e divulgação através da comunicação

- ATA DA REUNIÃO DE 21 DE JUNHO DE 2019 (N.º 13/2019)

social, da plataforma colaborativa de gestão territorial e no sítio na Internet da Câmara Municipal. _____

5. Relatório sobre o estado do ordenamento do território

5.1.Trata-se de uma alteração por força da Lei de Bases do Ordenamento do Território e do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial; _____

5.2.O PDM de Figueiró do Vinhos está em vigor desde 29 de agosto de 2015; _____

5.3.Deverá ser avaliada a necessidade ou não de fazer novo relatório sobre o estado do Ordenamento do Território dado que não houve alterações significativas desde a entrada em vigor do Plano Diretor Municipal, mantendo-se válidos a avaliação inicial, o relatório final e a justificação dos perímetros urbanos da revisão do PDM. _____

6. Avaliação Ambiental

6.1.De acordo com o n.º 1 do artigo 3.º do decreto – lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo decreto – lei n.º 58/2011, de 4 de maio, estão sujeitos a avaliação ambiental: _____

a) Os planos e programas para os sectores da agricultura, floresta, pescas, energia, indústria, transportes, gestão de resíduos, gestão das águas, telecomunicações, turismo, ordenamento urbano e rural ou utilização dos solos e que constituam enquadramento para a futura aprovação de projetos mencionados nos anexos I e II do decreto – lei n.º 69/2000, de 3 de Maio, na sua atual redação; _____

Nota: entretanto o Decreto – lei n.º 69/2000, de 3 de Maio, foi revogado pelo decreto – lei n.º 151-B/2013 (também este alterado pelo decreto – lei n.º 47/2014, de 24 de março, decreto – lei n.º 179/2015, de 27 de Agosto, Lei n.º 37/2017, de 2 de junho, e decreto – lei n.º 152-B/2017, 11 de dezembro). _____

b) Os planos e programas que, atendendo aos seus eventuais efeitos num sítio da lista nacional de sítios, num sítio de interesse comunitário, numa zona especial de conservação ou numa zona de proteção especial, devam ser sujeitos a uma avaliação de incidências ambientais nos termos do artigo 10.º do decreto – lei n.º 140/99, de 24 de Abril, na redação que lhe foi dada pelo decreto – lei n.º 49/2005, de 24 de Fevereiro; _____

Nota: entretanto o decreto – lei n.º 140/99, de 24 de Abril, foi novamente alterado pelo decreto – lei n.º 156-A/2013, de 8 de novembro. _____

- ATA DA REUNIÃO DE 21 DE JUNHO DE 2019 (N.º 13/2019)

c) Os planos e programas que, não sendo abrangidos pelas alíneas anteriores, constituam enquadramento para a futura aprovação de projetos e que sejam qualificados como suscetíveis de ter efeitos significativos no ambiente. _____

6.2. Refere o artigo 4.º do mesmo Diploma que: _____

6.1.1. Os planos e programas referidos nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 3.º em que se determine a utilização de pequenas áreas a nível local e pequenas alterações aos planos e programas aí referidos só devem ser objeto de avaliação ambiental no caso de se determinar que os referidos planos e programas são suscetíveis de ter efeitos significativos no ambiente, nos termos previstos no n.º 6 do artigo anterior; _____

6.1.2. A entidade responsável pela elaboração do plano ou programa pode solicitar a emissão de parecer, no prazo de 30 dias, sobre a matéria referida no número anterior às entidades às quais, em virtude das suas responsabilidades ambientais específicas, possam interessar os efeitos ambientais resultantes da aplicação do plano ou programa. _____

6.1.3. As entidades que foram consideradas na Avaliação Ambiental Estratégica da Revisão do PDM, são as seguintes: _____

- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro; _____
- Direção Regional de Cultura do Centro; _____
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas; _____
- Agência Portuguesa do Ambiente; _____
- Estradas de Portugal, SA (EP); _____
- Direção Geral do Território. _____

7. Acompanhamento

7.1. Conforme resulta do n.º 2 do artigo 119.º do RJGT, as alterações ao plano diretor municipal são objeto de acompanhamento, nos termos do disposto no artigo 86.º, com as devidas adaptações;

7.2. Significa isto que: _____

7.2.1. O acompanhamento é facultativo. (n.º 1 do artigo 86.º do RJGT); _____

- ATA DA REUNIÃO DE 21 DE JUNHO DE 2019 (N.º 13/2019)

7.2.2.No decurso da alteração do plano, a Câmara Municipal poderá solicitar o acompanhamento que entender necessário, designadamente a emissão de pareceres sobre as propostas de planos ou a realização de reuniões de acompanhamento, à comissão de coordenação e desenvolvimento regional territorialmente competente ou às demais entidades representativas dos interesses a ponderar; _____

7.2.3.Concluída a alteração, a Câmara Municipal apresenta a proposta de plano e o relatório ambiental à comissão de coordenação e desenvolvimento regional territorialmente competente que, **no prazo de 10 dias**, remete a documentação recebida a todas as entidades representativas dos interesses a ponderar, convocando-as para uma conferência procedimental, a realizar **no prazo de 20 dias** a contar da data de expedição da referida documentação; _____

7.3.Dado que estamos perante uma alteração por força da lei de bases do ordenamento do território e do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, onde não existirá uma alteração da estratégia de ordenamento do território prevista no PDM em vigor, deverá avaliar-se se se prescinde do acompanhamento da alteração, reservando a possibilidade de recorrer ao apoio e consultas às entidades, sempre que tal se justifique. _____

IV - QUESTÕES PARALELAS QUE CONDICIONAM O PROCEDIMENTO

1. Face aos trabalhos necessários para proceder à alteração do Plano Diretor Municipal verifica-se que a Câmara Municipal dispõe de técnicos com habilitação e competências para os realizar, podendo no entanto verificar-se a necessidade de contratar uma entidade externa especializada para dar apoio na elaboração da documentação técnica; _____
2. Nos procedimentos anteriores relacionados com a revisão do PDM, foi contratada uma entidade externa especializada para dar apoio na elaboração da documentação técnica; _____

V - CARTOGRAFIA

1. Para a realização do procedimento de alteração do PDM tem de existir cartografia de suporte adequada ao procedimento de alteração do PDM, pelo que está a decorrer o processo de contratação pública

- ATA DA REUNIÃO DE 21 DE JUNHO DE 2019 (N.º 13/2019)

através da Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria publicado em Diário da Republica nº 37 - 2.ª série, de 21-02-2018, sob o aviso n.º 956/2018 “*Atualização de Cartografia Numérica Vetorial à escala 1:10 000 para a Região de Leiria, correspondente aos concelhos de Alvaiázere, Ansião, Batalha, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Leiria, Marinha Grande, Pedrógão Grande, Pombal, Porto de Mós e respetiva homologação*”, incluindo a homologação junto da Direcção Geral do Território (DGT), para a Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria.”; _____

2. Se for contratada uma entidade externa especializada para dar apoio na elaboração da documentação técnica, deve ser garantida a possibilidade de cedência da cartografia depois de homologada. ____

VI – REVOGAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO

Por deliberação da Câmara Municipal de 8.2.2017 e publicação em Diário da Republica, 2.ª Série – N.º 80 de 24.04.2017, foi dado início ao procedimento de alteração ao Plano Diretor Municipal de Figueiró dos Vinhos para fazer face à obrigatoriedade da transposição das normas vinculativas dos particulares do Plano de Ordenamento da Albufeira de Castelo de Bode para o Plano Diretor Municipal de Figueiró dos Vinhos, nos termos conjugados do n.º 1 do art.º 76.º do RJGT. _____

Considerando que não foi estipulado prazo para o final do procedimento, não é possível declarar a caducidade nos termos do art.º 76.º do RJGT, pelo que deverá ser declarada a revogação do ato administrativo para determinar a cessação dos seus efeitos a partir da presente data, por razões de conveniência dado que este procedimento não teve continuidade face aos acontecimentos inesperados e trágicos que decorreram neste concelho em virtude dos incêndios em junho de 2017, aliado ao facto das diversas entidades envolvidas também estarem a desenvolver os seus procedimentos obrigatórios. _____

A revogação do ato administrativo é declarada nos termos do n.º 1 do art.º 165.º do Código do Procedimento Administrativo, por deliberação da Câmara Municipal dado que foi o órgão competente para a prática do ato.

Nestes termos PROponho que a Câmara Municipal delibere: _____

1. A revogação do ato administrativo da deliberação da Câmara Municipal de 8.2.2017 e publicação em Diário da Republica, 2.ª Série – N.º 80 de 24.04.2017, nos termos do n.º 1 do art.º 165.º do Código do Procedimento Administrativo, através do qual foi dado início ao procedimento de alteração ao Plano

- ATA DA REUNIÃO DE 21 DE JUNHO DE 2019 (N.º 13/2019)

Diretor Municipal de Figueiró dos Vinhos para fazer face à obrigatoriedade da transposição das normas vinculativas dos particulares do Plano de Ordenamento da Albufeira de Castelo de Bode para o Plano Diretor Municipal de Figueiró dos Vinhos, nos termos conjugados do n.º 1 do art.º 76.º do RJGT, por ser o órgão competente para a prática do ato; _____

2. Dar início ao procedimento de alteração do Plano Diretor Municipal, por força do artigo 78.º da lei n.º 31/2014, de 30 de maio, que estabelece as bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo e do n.º 2 do artigo 199.º do Decreto – lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua atual redação, que aprovou o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJGT), de modo a incluir as normas diretamente vinculativas dos particulares que integram o conteúdo dos PEOT em vigor, bem como incluir as novas regras de classificação do solo; _____
3. Que o prazo para proceder à alteração do Plano Diretor Municipal seja até ao dia 13.07.2020, prorrogável por uma única vez (RJGT, art.º 76.º, n.º 1, n.º 6); _____
4. Que o prazo do período de participação pública seja de 15 dias úteis, sendo este destinado à formulação de sugestões e apresentação de informações sobre quaisquer questões que possam, ser consideradas no âmbito do processo de alteração do Plano, nos termos do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJGT, art.º 76.º, n.º 1 e art.º 88.º, n.º 2); _____
5. Que a presente deliberação seja publicada na 2.ª Série do Diário da República, divulgada através da comunicação social, da plataforma colaborativa de gestão territorial e no sítio da Internet da Câmara Municipal (www.cm-figueirodosvinhos.pt); _____
6. Que os contributos à presente proposta de alteração sejam dirigidos ao Presidente da Câmara Municipal, endereçados ou entregues pessoalmente no edifício sede do município de Figueiró dos Vinhos, Praça do Município, Apartado n.º 4, 3260-408 Figueiró dos Vinhos ou remetidos via correio eletrónico, para o seguinte endereço: gtl@cm-figueirodosvinhos.pt, devendo os interessados colocar, como “Assunto”, o seguinte texto: “Alteração do Plano Diretor Municipal por força da Lei de Bases do Ordenamento do Território e do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão do Território – Início do procedimento”. _____

- ATA DA REUNIÃO DE 21 DE JUNHO DE 2019 (N.º 13/2019)

4.7 TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS NO DOMÍNIO DA AUTORIZAÇÃO DE EXPLORAÇÃO DAS MODALIDADES AFINS DE JOGOS DE FORTUNA OU AZAR E OUTAS FORMAS JOGO, NOMEADAMENTE RIFAS, TÔMBOLAS, SORTEIOS, CONCURSOS PUBLICITÁRIOS, CONCURSOS DE CONHECIMENTOS E PASSATEMPOS – DECRETO-LEI N.º 98/2018 DE 27 DE NOVEMBRO: Sobre o assunto foi presente a seguinte Proposta de Deliberação n.º 59/2019 emitida pelo Sr.

Presidente Jorge Abreu: _____

Proposta de Deliberação n.º 59/2019:

“A lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, aprovada pela lei n.º 50/2018 de 16 de agosto, concretiza a transferência de novas competências, a identificação da respetiva natureza e a forma de afetação dos recursos, através de diplomas legais de âmbito setorial relativos às diversas áreas a descentralizar da administração direta e indireta do Estado, os quais estabelecem disposições transitórias adequadas à gestão do procedimento de transferência em causa. _____

No âmbito da lei-quadro aprovada, foi publicado através do decreto-lei n.º 98/2018 de 27 de novembro, que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da autorização de exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo, nomeadamente rifas, tómbolas, sorteios, concursos publicitários, concursos de conhecimentos e passatempos. _____

Dispõe o decreto-lei n.º 98/2018 de 27 de novembro, em matéria de transferência de competências o seguinte:

Artigo 2.º

Transferência de competências

É da competência dos órgãos municipais autorizar a exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo. _____

Artigo 3.º

Dever de informação

Para efeitos de acompanhamento e monitorização do número total de autorizações concedidas, os municípios devem remeter, ao membro do Governo responsável pela área da administração interna, por via eletrónica, a informação necessária nos 10 dias subsequentes ao final de cada trimestre. _____

Considerando o conteúdo das competências a transferir, constata-se a assunção de novas responsabilidades para o Município, o que implicará afetação de meios e recursos para assegurar novas tarefas, nomeadamente, os procedimentos administrativos de autorização, de fiscalização e de contraordenação. _____

De acordo com o disposto no decreto-lei estão previstas contrapartidas financeiras que resultarão da aplicação de taxas pelos atos objeto de autorização, que carecem de regulamentação, sendo que o produto das coimas a aplicar reverterá em 100% para os cofres municipais ou 60%, se a entidade autuante for diversa do Município.

- ATA DA REUNIÃO DE 21 DE JUNHO DE 2019 (N.º 13/2019)

Conforme consta das conclusões da proposta de deliberação aprovada em reunião da Câmara da Municipal de 18 de janeiro de 2019 e em sessão da Assembleia Municipal de 25 de janeiro de 2019, trata-se de matéria sobre a qual é ainda inexistente qualquer informação sobre os reais impactos decorrentes da transferência em análise pelo que, por prudência, aconselhar-se-ia, uma vez que é desconhecida a dimensão deste tipo de exploração, a não aceitação da transferência objeto de análise para o ano de 2020, não descurando, no entanto, o evoluir da temática bem como perceber o alcance que esta matéria terá na esfera do Município e dos municípios. _____

Por último, a decisão a tomar pelos órgãos municipais no que concerne à eventual decisão de não-aceitação, por agora, as competências ora propostas, prevê o n.º 3 do artigo 4.º da lei-quadro, que as mesmas se converterão em definitivas em janeiro de 2021. _____

Nestes termos, _____

PROPONHO:

1. Que a Câmara Municipal delibere, à semelhança da decisão tomada em 18 de janeiro de 2019, pela proposta de não aceitação da transferência no domínio da autorização de exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo, nomeadamente rifas, tómbolas, sorteios, concursos publicitários, concursos de conhecimentos e passatempos para o ano de 2020; _____
2. Que, após aprovação pela Câmara Municipal, esta proposta seja remetida ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, em cumprimento e para os efeitos previstos na alínea ccc) do n.º 1, do artigo 33.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; _____
3. Caso a presente proposta resulte na pretensão de não aceitação da transferência de competências por parte do órgão deliberativo, que seja promovida a comunicação da decisão à Direção Geral das Autarquias Locais até dia 30 de junho de 2019, em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 4.º da lei n.º 50/2018 de 16 de agosto; _____
4. Que seja aprovada em minuta a parte respeitante a esta deliberação para imediata produção de efeitos, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 57.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro” _____

O Sr. Vereador Eng.º Filipe Silva, apresentou uma Declaração de Voto expressando a sua posição, a qual leu e se transcreve na íntegra: _____

“Descentralização de Competências

Declaração de Voto

- ATA DA REUNIÃO DE 21 DE JUNHO DE 2019 (N.º 13/2019)

O Partido Social Democrata perante os pontos 4.7 a 4.14 da Ordem do Dia, relativamente à descentralização de competências entende expressar a seguinte posição: _____

A Lei n.º 50/2018 de 16 de agosto dispõe no número 3.º do artigo 4.º que todas as competências previstas no diploma se consideram transferidas para as autarquias locais e entidades intermunicipais até 1 de janeiro de 2021. _____

Por proposta do PSD ficou consagrado na Lei o princípio do gradualismo. Por isso, dispõe o número 2. do artigo 4.º, nas respetivas alíneas a) e b) que, desde que previamente deliberado nesse sentido pelos órgãos deliberativos, as autarquias que não queiram a transferência em 2019, deverão comunicar à DGAL até 15 de setembro de 2018, e que as autarquias que não queiram a transferência em 2020, deverão comunicar à DGAL até 30 de junho de 2019. _____

Esta Lei-Quadro define que a transferência das novas competências, a identificação da respetiva natureza e a forma de afetação dos respetivos recursos são concretizadas através de diplomas legais de âmbito setorial e, era suposto, que os inerentes decretos-lei fossem publicados atempadamente. _____

O processo de transferência de competências para as autarquias locais revela a incompetência do Governo e dos seus parceiros governativos. _____

A incompetência na condução deste processo é evidente nas inúmeras falhas do mesmo que condicionam a sua execução atempada e transição esclarecida. _____

Falhou o Governo, ao não produzir a legislação complementar de forma atempada para que em 2019 pudessem ser assumidos os compromissos, como estava previsto na própria Lei do governo. _____

Falhou o Governo, por ainda não ter tido a capacidade de apresentar estudos credíveis dos impactos das transferências de competências. _____

Falhou o Governo, por ainda não ter apresentado de forma cabal as contrapartidas financeiras à assunção de competências pelas freguesias. _____

Falhou o Governo, por ter criado dificuldades e lançado a confusão junto dos autarcas de freguesia, com implicações na organização e planeamento necessários para decidirem sobre a transferência de competências.

Recordamos a posição do PSD, traduzida numa declaração conjunta com o Governo sobre a temática da Descentralização, em 2018. Esta iniciativa, inserida nos objetivos delineados pelo Presidente do PSD, resultou de um processo negocial que visou assegurar e demonstrar a importância que o PSD coloca no processo de descentralização e que o mesmo, sendo essencial para o País, não pode ficar à mercê de questiúnculas partidárias, nem à mercê de atrasos incompressíveis. _____

O acordo previa que a reforma da Descentralização, que inclui a revisão da Lei das Finanças Locais e consequentes “envelopes” financeiros associados a cada Autarquia local, com identificação das verbas por

- ATA DA REUNIÃO DE 21 DE JUNHO DE 2019 (N.º 13/2019)

área de competências, teria de estar concluída até ao final da Sessão Legislativa que terminou em julho de 2018. Ficou ainda acordado a consagração do princípio do gradualismo para que todas as autarquias locais assumam as novas competências até 2021, sendo permitido a rejeição da transferência com efeitos nos anos de 2019 e de 2020. Mas as coisas não têm andado como acordado. _____

Chegados aqui, verifica-se que os decretos-lei setoriais têm vindo a ser publicados em diário da república de forma muito lenta e atrasada e há mesmo algumas áreas a descentralizar que ainda não têm decreto-lei publicado. Há um incompreensível atraso o que afeta as ponderações que as autarquias têm de fazer. _____

É incompreensível porque a prática não corresponde ao discurso. Na voz do Governo a descentralização é a pedra angular da democracia. Mas, na prática, tem sido é pedras colocadas pelo Governo no caminho dos autarcas, pela sua incapacidade de produzir trabalho atempado e competente que possibilite a implementação da descentralização nos prazos acordados e com a possibilidade de as autarquias beneficiarem da aplicação gradual dado que não podem sequer avaliar devidamente porque, ou os diplomas não estão todos publicados, ou se já foram publicados, há um conjunto de informação insuficiente. _____

Se das oito propostas de deliberação a proposta de deliberação 61/2019 em face da listagem rececionada na Câmara Municipal relativa ao património sem utilização da administração direta e indireta do Estado, e depois de uma primeira recusa por ausência de objeto a transferir e a consequente inaplicabilidade do decreto-lei, ainda se pode considerar, à data de hoje, aceitável o mesmo não se poderá dizer das restantes sete transferências de competências. _____

Assim o Partido Social Democrata tendo em conta as considerações acima descritas, os constrangimentos existentes na transferência de competências e os fundamentos apresentados nas propostas presentes para deliberação entende votar de acordo com os termos propostos em cada uma delas. _____

Figueiró dos Vinhos, 21 de junho de 2019 _____

O Vereador

Luís Filipe Silva”

O Sr. Vereador Dr. Carlos Lopes, referiu que a sua posição é única, para todos os pontos agendados e que vão ser discutidos e analisados, de 4.7 ao 4.14, com os mesmos fundamentos já vertidos em ata, aquando a Reunião Extraordinária de 18/01/2019, votando favoravelmente todas as Propostas de Deliberação. _____

A Câmara Municipal depois destas considerações, deliberou por unanimidade proceder em conformidade

- ATA DA REUNIÃO DE 21 DE JUNHO DE 2019 (N.º 13/2019)

com a mesma, aprovando no que respeita à transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da autorização de exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo, nomeadamente rifas, tómbolas, sorteios, concursos publicitários, concursos de conhecimentos e passatempos para o ano de 2020, a proposta de não aceitação para os órgãos municipais. _____

Mais deliberou submeter para aprovação, esta proposta ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, em cumprimento e para os efeitos da alínea ccc) do n.º 1, do artigo 33.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e caso a proposta resulte no mesmo sentido de não aceitação da transferência de competências por parte do órgão deliberativo, que seja promovida a comunicação da decisão à Direção Geral das Autarquias Locais até dia 30 de junho de 2019, em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 4.º da lei n.º 50/2018 de 16 de agosto. _____

Por último deliberou aprovar em minuta a parte respeitante a esta deliberação para imediata produção de efeitos, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 57.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. _____

4.8 TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS NO DOMÍNIO DAS VIAS DE COMUNICAÇÃO – DECRETO-LEI N.º 100/2018 DE 28 DE

NOVEMBRO: Sobre o assunto foi presente a seguinte Proposta de Deliberação n.º 60/2019 emitida pelo Sr. Presidente Jorge Abreu: _____

Proposta de Deliberação n.º 60/2019:

A lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, aprovada pela lei n.º 50/2018 de 16 de agosto, concretiza a transferência de novas competências, a identificação da respetiva natureza e a forma de afetação dos recursos, através de diplomas legais de âmbito setorial relativos às diversas áreas a descentralizar da administração direta e indireta do Estado, os quais estabelecem disposições transitórias adequadas à gestão do procedimento de transferência em causa. _____

No âmbito da lei-quadro aprovada, foi publicado através do decreto-lei n.º 100/2018 de 28 de novembro, que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das vias de comunicação.

Dispõe o decreto-lei n.º 100/2018 de 28 de novembro, em matéria de transferência de competências o seguinte:

“Artigo 2.º

Transferência de competências e titularidade

1 — É da competência dos órgãos municipais a gestão: _____

a) Dos troços de estradas e dos equipamentos e infraestruturas neles integradas, localizados nos perímetros

- ATA DA REUNIÃO DE 21 DE JUNHO DE 2019 (N.º 13/2019)

urbanos; _____

b) *Dos troços de estradas desclassificadas pelo Plano Rodoviário Nacional e os troços substituídos por variantes ainda não entregues através de mutação dominial por acordo entre a Infraestruturas de Portugal, S. A. (doravante designada por IP) e o respetivo município.* _____

2 — *É transferida para os municípios a titularidade dos troços e dos equipamentos e infraestruturas referidos no número anterior, através de mutação dominial por acordo entre a IP e o respetivo município, conforme previsto no artigo 40.º do Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional, aprovado em anexo à Lei n.º 34/2015, de 27 de abril, na sua redação atual, passando a integrar o domínio público municipal.* _____

Artigo 3.º

Exercício de competências

Todas as competências previstas no presente decreto-lei são exercidas pela câmara municipal, sem prejuízo da competência da assembleia municipal prevista nos n.os 4 e 5 do artigo 6.º. _____

Artigo 9.º

Competências excluídas

1 — *A fiscalização do cumprimento das disposições do Código da Estrada e legislação complementar mantém-se nas respetivas entidades fiscalizadoras, sem prejuízo das competências municipais em matéria de regulação e fiscalização do estacionamento dentro e fora das localidades.*

2 — *Caso não ocorra a mutação dominial, as competências de gestão transferida para os municípios não incluem a manutenção, conservação e reparação da zona da estrada, continuando essas funções a cargo das entidades atualmente competentes de acordo com o regime legal aplicável.* _____

Considerando o conteúdo das competências a transferir, cumpre referir que se pretende transferir para o Município de Figueiró dos Vinhos a gestão da "Zona das Estrada: o terreno ocupado pela estrada e seus elementos funcionais, abrangendo a faixa de rodagem, as bermas, as obras de arte, as obras hidráulicas, as obras de contenção, os túneis, as valetas, os separadores, as banquetas, os taludes, os passeios e as vias coletoras" localizadas dentro do perímetro urbano. _____

Conforme consta das conclusões da proposta de deliberação aprovada em reunião da Câmara da Municipal de 18 de janeiro de 2019 e em sessão da Assembleia Municipal de 25 de janeiro de 2019, e de acordo com a análise realizada ao contexto atual relativamente à existência de vias abrangidas pelo diploma, verifica-se que o Município de Figueiró dos Vinhos apenas possui no seu território duas estradas nacionais, a EN 236-1 e a ER 347. _____

Analisadas as cartas e planos vigentes, constata-se que apenas uma extensão de aproximadamente 60 metros da ER 347 atravessa aglomerado rural, não se verificando a existência de qualquer troço de via que reúna os requisitos do n.º 2 do artigo 5.º e que assim se conclua pela existência de atravessamento em perímetro urbano, pelo que resulta do exposto a inexistência de objeto enquadrável em procedimento de aceitação de transferência de competências. _____

Por último, a decisão a tomar pelos órgãos municipais no que concerne à eventual decisão de não-aceitação, por agora, das competências propostas, prevê o n.º 3 do artigo 4.º da lei-quadro, que as mesmas se converterão em definitivas em janeiro de 2021. _____

Nestes termos, _____

- ATA DA REUNIÃO DE 21 DE JUNHO DE 2019 (N.º 13/2019)**PROPONHO:**

5. Que a Câmara Municipal delibere, à semelhança da decisão tomada em 18 de janeiro de 2019, pela não aceitação da transferência de competências para os órgãos municipais, considerando a falta de objeto no domínio das vias de comunicação para o ano de 2020; _____
6. Que, após aprovação pela Câmara Municipal, esta proposta seja remetida ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, em cumprimento e para os efeitos da alínea *ccc*) do n.º 1, do artigo 33.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; _____
7. Caso a presente proposta resulte no mesmo sentido de não aceitação da transferência de competências por parte do órgão deliberativo, que seja promovida a comunicação da decisão à Direção Geral das Autarquias Locais até dia 30 de junho de 2019, em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 4.º da lei n.º 50/2018 de 16 de agosto; _____
8. Que seja aprovada em minuta a parte respeitante a esta deliberação para imediata produção de efeitos, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 57.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro” _____

O Sr. Vereador Eng.º Filipe Silva, apresentou uma Declaração de Voto expressando a sua posição, a qual leu e se transcreve na íntegra: _____

“Descentralização de Competências**Declaração de Voto**

O Partido Social Democrata perante os pontos 4.7 a 4.14 da Ordem do Dia, relativamente à descentralização de competências entende expressar a seguinte posição: _____

A Lei n.º 50/2018 de 16 de agosto dispõe no número 3.º do artigo 4.º que todas as competências previstas no diploma se consideram transferidas para as autarquias locais e entidades intermunicipais até 1 de janeiro de 2021. _____

Por proposta do PSD ficou consagrado na Lei o princípio do gradualismo. Por isso, dispõe o número 2. do artigo 4.º, nas respetivas alíneas a) e b) que, desde que previamente deliberado nesse sentido pelos órgãos deliberativos, as autarquias que não queiram a transferência em 2019, deverão comunicar à DGAL até 15 de setembro de 2018, e que as autarquias que não queiram a transferência em 2020, deverão comunicar à DGAL até 30 de junho de 2019. _____

Esta Lei-Quadro define que a transferência das novas competências, a identificação da respetiva natureza e a forma de afetação dos respetivos recursos são concretizadas através de diplomas legais de âmbito setorial e, era suposto, que os inerentes decretos-lei fossem publicados atempadamente. _____

- ATA DA REUNIÃO DE 21 DE JUNHO DE 2019 (N.º 13/2019)

O processo de transferência de competências para as autarquias locais revela a incompetência do Governo e dos seus parceiros governativos. _____

A incompetência na condução deste processo é evidente nas inúmeras falhas do mesmo que condicionam a sua execução atempada e transição esclarecida. _____

Falhou o Governo, ao não produzir a legislação complementar de forma atempada para que em 2019 pudessem ser assumidos os compromissos, como estava previsto na própria Lei do governo. _____

Falhou o Governo, por ainda não ter tido a capacidade de apresentar estudos credíveis dos impactos das transferências de competências. _____

Falhou o Governo, por ainda não ter apresentado de forma cabal as contrapartidas financeiras à assunção de competências pelas freguesias. _____

Falhou o Governo, por ter criado dificuldades e lançado a confusão junto dos autarcas de freguesia, com implicações na organização e planeamento necessários para decidirem sobre a transferência de competências.

Recordamos a posição do PSD, traduzida numa declaração conjunta com o Governo sobre a temática da Descentralização, em 2018. Esta iniciativa, inserida nos objetivos delineados pelo Presidente do PSD, resultou de um processo negocial que visou assegurar e demonstrar a importância que o PSD coloca no processo de descentralização e que o mesmo, sendo essencial para o País, não pode ficar à mercê de questiúnculas partidárias, nem à mercê de atrasos incompressíveis. _____

O acordo previa que a reforma da Descentralização, que inclui a revisão da Lei das Finanças Locais e consequentes “envelopes” financeiros associados a cada Autarquia local, com identificação das verbas por área de competências, teria de estar concluída até ao final da Sessão Legislativa que terminou em julho de 2018. Ficou ainda acordado a consagração do princípio do gradualismo para que todas as autarquias locais assumam as novas competências até 2021, sendo permitido a rejeição da transferência com efeitos nos anos de 2019 e de 2020. Mas as coisas não têm andado como acordado. _____

Chegados aqui, verifica-se que os decretos-lei setoriais têm vindo a ser publicados em diário da república de forma muito lenta e atrasada e há mesmo algumas áreas a descentralizar que ainda não têm decreto-lei publicado. Há um incompressível atraso o que afeta as ponderações que as autarquias têm de fazer. _____

É incompressível porque a prática não corresponde ao discurso. Na voz do Governo a descentralização é a pedra angular da democracia. Mas, na prática, tem sido é pedras colocadas pelo Governo no caminho dos autarcas, pela sua incapacidade de produzir trabalho atempado e competente que possibilite a implementação da descentralização nos prazos acordados e com a possibilidade de as autarquias beneficiarem da aplicação gradual dado que não podem sequer avaliar devidamente porque, ou os diplomas não estão todos publicados, ou se já foram publicados, há um conjunto de informação insuficiente. _____

Se das oito propostas de deliberação a proposta de deliberação 61/2019 em face da listagem rececionada na

- ATA DA REUNIÃO DE 21 DE JUNHO DE 2019 (N.º 13/2019)

Câmara Municipal relativa ao património sem utilização da administração direta e indireta do Estado, e depois de uma primeira recusa por ausência de objeto a transferir e a consequente inaplicabilidade do decreto-lei, ainda se pode considerar, à data de hoje, aceitável o mesmo não se poderá dizer das restantes sete transferências de competências. _____

Assim o Partido Social Democrata tendo em conta as considerações acima descritas, os constrangimentos existentes na transferência de competências e os fundamentos apresentados nas propostas presentes para deliberação entende votar de acordo com os termos propostos em cada uma delas. _____

Figueiró dos Vinhos, 21 de junho de 2019 _____

O Vereador
Luís Filipe Silva”

O Sr. Vereador Dr. Carlos Lopes, referiu que a sua posição é única, para todos os pontos agendados e que vão ser discutidos e analisados, de 4.7 ao 4.14, com os mesmos fundamentos já vertidos em ata, aquando a Reunião Extraordinária de 18/01/2019, votando favoravelmente todas as Propostas de Deliberação. _____

A Câmara Municipal depois destas considerações, deliberou por unanimidade proceder em conformidade com a mesma, aprovando no que respeita à transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das vias de comunicação, a proposta de não aceitação para os órgãos municipais, considerando, considerando a falta de objeto no domínio das vias de comunicação para o ano de 2020. _____

Mais deliberou submeter para aprovação, esta proposta ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, em cumprimento e para os efeitos da alínea *ccc*) do n.º 1, do artigo 33.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e caso a proposta resulte no mesmo sentido de não aceitação da transferência de competências por parte do órgão deliberativo, que seja promovida a comunicação da decisão à Direção Geral das Autarquias Locais até dia 30 de junho de 2019, em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 4.º da lei n.º 50/2018 de 16 de agosto. _____

Por último deliberou aprovar em minuta a parte respeitante a esta deliberação para imediata produção de efeitos, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 57.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. _____

- ATA DA REUNIÃO DE 21 DE JUNHO DE 2019 (N.º 13/2019)

4.9 TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS NO DOMÍNIO DA GESTÃO DO PATRIMÓNIO IMOBILIÁRIO PÚBLICO SEM UTILIZAÇÃO – DECRETO-LEI N.º 106/2018 DE 29 DE NOVEMBRO:

Sobre o assunto foi presente a seguinte Proposta de Deliberação n.º 61/2019 emitida pelo Sr. Presidente Jorge Abreu: _____

Proposta de Deliberação n.º 61/2019:

A lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, aprovada pela lei n.º 50/2018 de 16 de agosto, concretiza a transferência de novas competências, a identificação da respetiva natureza e a forma de afetação dos recursos, através de diplomas legais de âmbito setorial relativos às diversas áreas a descentralizar da administração direta e indireta do Estado, os quais estabelecem disposições transitórias adequadas à gestão do procedimento de transferência em causa. _____

No âmbito da lei-quadro aprovada, foi publicado através do decreto-lei n.º 106/2018 de 29 de novembro, que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da gestão do património imobiliário público sem utilização. _____

Dispõe o decreto-lei n.º 106/2018 de 29 de novembro, em matéria de transferência de competências o seguinte:

“Artigo 3.º

Transferência de competências

É da competência dos órgãos municipais a gestão do património imobiliário público sem utilização localizado no território dos respetivos municípios, nos termos regulados nos artigos seguintes. _____

Artigo 4.º

Exercício das competências

Todas as competências previstas no presente decreto-lei são exercidas pela câmara municipal.”

Considerando o conteúdo das competências a transferir, cumpre informar que aquando da primeira comunicação à DGAL sobre esta matéria, no período que decorreu até 31 de janeiro de 2019, era desconhecido o património enquadrado neste decreto-lei daí que, conforme consta das conclusões vertidas na proposta de deliberação n.º 13/2019 aprovada em reunião da Câmara da Municipal de 18 de janeiro de 2019 e em sessão da Assembleia Municipal de 25 de janeiro de 2019, uma vez verificada a inexistência de património imobiliário público sem utilização na área do território do concelho de Figueiró dos Vinhos, concluiu-se pela ausência de objeto a transferir e a consequente inaplicabilidade do decreto-lei n.º 106/2018 de 29 de novembro. _____

Considerando que está em curso na Secretaria de Estado das Autarquias Locais - SEAL em articulação com os Municípios, a realização do levantamento geral sobre o património imobiliário sem utilização da Administração direta e indireta do Estado, considerado inativo, devoluto ou abandonado há mais de três anos, não integrado em programa ou projeto a implementar no prazo de um ano, conforme previsto no artigo 2.º do

- ATA DA REUNIÃO DE 21 DE JUNHO DE 2019 (N.º 13/2019)

decreto-lei n.º 106/2018 de 29 de novembro. _____

Considerando que, de acordo com a listagem rececionada e verificada pelos serviços, concluiu-se a existência de imóveis enquadráveis neste processo de descentralização, conforme documento em anexo. _____

Por último, a decisão a tomar pelos órgãos municipais no que concerne à eventual decisão de não-aceitação, por agora, das competências ora propostas, prevê o n.º 3 do artigo 4.º da lei-quadro, que as mesmas se converterão em definitivas em janeiro de 2021. _____

Nestes termos,

PROPONHO:

1. Que a Câmara Municipal delibere aceitar a proposta de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da gestão do património imobiliário público sem utilização; _____
2. Que, após aprovação pela Câmara Municipal, esta proposta seja remetida ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, em cumprimento e para efeitos do disposto na alínea ccc) do n.º 1, do artigo 33.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; _____
3. Caso a presente proposta resulte na pretensão de não aceitação da transferência de competências por parte do órgão deliberativo para o ano de 2020, que seja promovida a comunicação da decisão à Direção Geral das Autarquias Locais até dia 30 de junho de 2019, em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 4.º da lei n.º 50/2018 de 16 de agosto; _____
4. Que seja aprovada em minuta a parte respeitante a esta deliberação para imediata produção de efeitos, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 57.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro” _____

O Sr. Vereador Eng.º Filipe Silva, apresentou uma Declaração de Voto expressando a sua posição, a qual leu e se transcreve na íntegra: _____

“Descentralização de Competências

Declaração de Voto

O Partido Social Democrata perante os pontos 4.7 a 4.14 da Ordem do Dia, relativamente à descentralização de competências entende expressar a seguinte posição: _____

A Lei n.º 50/2018 de 16 de agosto dispõe no número 3.º do artigo 4.º que todas as competências previstas no diploma se consideram transferidas para as autarquias locais e entidades intermunicipais até 1 de janeiro de

- ATA DA REUNIÃO DE 21 DE JUNHO DE 2019 (N.º 13/2019)

2021. _____

Por proposta do PSD ficou consagrado na Lei o princípio do gradualismo. Por isso, dispõe o número 2. do artigo 4.º, nas respetivas alíneas a) e b) que, desde que previamente deliberado nesse sentido pelos órgãos deliberativos, as autarquias que não queiram a transferência em 2019, deverão comunicar à DGAL até 15 de setembro de 2018, e que as autarquias que não queiram a transferência em 2020, deverão comunicar à DGAL até 30 de junho de 2019. _____

Esta Lei-Quadro define que a transferência das novas competências, a identificação da respetiva natureza e a forma de afetação dos respetivos recursos são concretizadas através de diplomas legais de âmbito setorial e, era suposto, que os inerentes decretos-lei fossem publicados atempadamente. _____

O processo de transferência de competências para as autarquias locais revela a incompetência do Governo e dos seus parceiros governativos. _____

A incompetência na condução deste processo é evidente nas inúmeras falhas do mesmo que condicionam a sua execução atempada e transição esclarecida. _____

Falhou o Governo, ao não produzir a legislação complementar de forma atempada para que em 2019 pudessem ser assumidos os compromissos, como estava previsto na própria Lei do governo. _____

Falhou o Governo, por ainda não ter tido a capacidade de apresentar estudos credíveis dos impactos das transferências de competências. _____

Falhou o Governo, por ainda não ter apresentado de forma cabal as contrapartidas financeiras à assunção de competências pelas freguesias. _____

Falhou o Governo, por ter criado dificuldades e lançado a confusão junto dos autarcas de freguesia, com implicações na organização e planeamento necessários para decidirem sobre a transferência de competências.

Recordamos a posição do PSD, traduzida numa declaração conjunta com o Governo sobre a temática da Descentralização, em 2018. Esta iniciativa, inserida nos objetivos delineados pelo Presidente do PSD, resultou de um processo negocial que visou assegurar e demonstrar a importância que o PSD coloca no processo de descentralização e que o mesmo, sendo essencial para o País, não pode ficar à mercê de questiúnculas partidárias, nem à mercê de atrasos incompressíveis. _____

O acordo previa que a reforma da Descentralização, que inclui a revisão da Lei das Finanças Locais e consequentes “envelopes” financeiros associados a cada Autarquia local, com identificação das verbas por área de competências, teria de estar concluída até ao final da Sessão Legislativa que terminou em julho de 2018. Ficou ainda acordado a consagração do princípio do gradualismo para que todas as autarquias locais assumam as novas competências até 2021, sendo permitido a rejeição da transferência com efeitos nos anos de 2019 e de 2020. Mas as coisas não têm andado como acordado. _____

Chegados aqui, verifica-se que os decretos-lei setoriais têm vindo a ser publicados em diário da república de

- ATA DA REUNIÃO DE 21 DE JUNHO DE 2019 (N.º 13/2019)

forma muito lenta e atrasada e há mesmo algumas áreas a descentralizar que ainda não têm decreto-lei publicado. Há um incompreensível atraso o que afeta as ponderações que as autarquias têm de fazer. _____

É incompreensível porque a prática não corresponde ao discurso. Na voz do Governo a descentralização é a pedra angular da democracia. Mas, na prática, tem sido é pedras colocadas pelo Governo no caminho dos autarcas, pela sua incapacidade de produzir trabalho atempado e competente que possibilite a implementação da descentralização nos prazos acordados e com a possibilidade de as autarquias beneficiarem da aplicação gradual dado que não podem sequer avaliar devidamente porque, ou os diplomas não estão todos publicados, ou se já foram publicados, há um conjunto de informação insuficiente. _____

Se das oito propostas de deliberação a proposta de deliberação 61/2019 em face da listagem rececionada na Câmara Municipal relativa ao património sem utilização da administração direta e indireta do Estado, e depois de uma primeira recusa por ausência de objeto a transferir e a consequente inaplicabilidade do decreto-lei, ainda se pode considerar, à data de hoje, aceitável o mesmo não se poderá dizer das restantes sete transferências de competências. _____

Assim o Partido Social Democrata tendo em conta as considerações acima descritas, os constrangimentos existentes na transferência de competências e os fundamentos apresentados nas propostas presentes para deliberação entende votar de acordo com os termos propostos em cada uma delas. _____

Figueiró dos Vinhos, 21 de junho de 2019 _____

O Vereador

Luís Filipe Silva”

O Sr. Vereador Dr. Carlos Lopes, referiu que a sua posição é única, para todos os pontos agendados e que vão ser discutidos e analisados, de 4.7 ao 4.14, com os mesmos fundamentos já vertidos em ata, aquando a Reunião Extraordinária de 18/01/2019, votando favoravelmente todas as Propostas de Deliberação. _____

A Câmara Municipal depois destas considerações, deliberou por unanimidade proceder em conformidade com a mesma, aprovando no que respeita à transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da gestão do património imobiliário público sem utilização, a proposta de aceitação para os órgãos municipais.

Mais deliberou submeter para aprovação, esta proposta ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, em cumprimento e para os efeitos da alínea *ccc*) do n.º 1, do artigo 33.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e caso a proposta resulte no mesmo sentido de não aceitação da transferência de competências por parte do órgão deliberativo, que seja promovida a comunicação da decisão à Direção Geral das Autarquias Locais até

- ATA DA REUNIÃO DE 21 DE JUNHO DE 2019 (N.º 13/2019)

dia 30 de junho de 2019, em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 4.º da lei n.º 50/2018 de 16 de agosto. _____

Por último deliberou aprovar em minuta a parte respeitante a esta deliberação para imediata produção de efeitos, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 57.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. _____

4.10 TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS NO DOMÍNIO DO ESTACIONAMENTO PÚBLICO – DECRETO-LEI N.º 107/2018 DE 29

DE NOVEMBRO: Sobre o assunto foi presente a seguinte Proposta de Deliberação n.º 62/2019 emitida pelo Sr. Presidente Jorge Abreu: _____

Proposta de Deliberação n.º 62/2019:

“A lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, aprovada pela lei n.º 50/2018 de 16 de agosto, concretiza a transferência de novas competências, a identificação da respetiva natureza e a forma de afetação dos recursos, através de diplomas legais de âmbito setorial relativos às diversas áreas a descentralizar da administração direta e indireta do Estado, os quais estabelecem disposições transitórias adequadas à gestão do procedimento de transferência em causa. _____

No âmbito da lei-quadro aprovada, foi publicado através do decreto-lei n.º 107/2018 de 29 de novembro, que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio do estacionamento público.

Dispõe o decreto-lei n.º 107/2018 de 29 de novembro, em matéria de transferência de competências o seguinte:

“Artigo 2.º

Transferência de competências

1 - É da competência dos órgãos municipais: _____

a) A regulação e fiscalização do estacionamento nas vias e espaços públicos, dentro das localidades, para além dos destinados a parques ou zonas de estacionamento, quer fora das localidades, neste caso desde que estejam sob jurisdição municipal; _____

b) A instrução e decisão de procedimentos contraordenacionais rodoviários por infrações leves relativas a estacionamento proibido, indevido ou abusivo nos parques ou zonas de estacionamento, vias e nos demais espaços públicos quer dentro das localidades, quer fora das localidades, neste caso desde que estejam sob jurisdição municipal, incluindo a aplicação de coimas e custas. _____

2 - O disposto no número anterior não obsta a que empresas concessionárias de estacionamento sujeito ao pagamento de taxa em vias sob jurisdição municipal possam exercer a atividade de fiscalização do estacionamento nas zonas que lhe estão concessionadas, nos termos do Decreto-Lei n.º 146/2014, de 9 de outubro, na redação dada pelo presente decreto-lei.” _____

Considerando o conteúdo das competências a transferir, constata-se a assunção de novas responsabilidades para o Município, o que implica afetação de meios e recursos para assegurar novas tarefas, nomeadamente, os

- ATA DA REUNIÃO DE 21 DE JUNHO DE 2019 (N.º 13/2019)

procedimentos administrativos, de fiscalização e de contraordenação. _____

Conforme consta das conclusões da proposta de deliberação aprovada em reunião da Câmara da Municipal de 18 de janeiro de 2019 e em sessão da Assembleia Municipal de 25 de janeiro de 2019, trata-se de uma matéria que transpõe para o Município diversos constrangimentos uma vez que prevê o ónus da regulação e a fiscalização dos estacionamento, nas vias e espaços públicos, dentro e fora das localidades (dentro do respetivo concelho), assim como o tratamento dos respetivos processos de contraordenação rodoviários por infrações leves relativas a estacionamento e a aplicação das respetivas multas. _____

Impõe ainda utilização de um instrumento de gestão de tratamento administrativo das contraordenações - Sistema de Contraordenações de Trânsito (SCoT), bem como a utilização de equipamentos como parquímetros, bloqueadores e máquinas fotográficas para registar as matrículas. _____

Considerando a sensibilidade das matérias previstas no decreto-lei n.º 107/2018 de 29 de novembro de 2018 e não ocorrendo neste decurso temporal, sobre a última decisão tomada, outros argumentos que minimizem os constrangimentos aqui apresentados, manda a prudência, dado o rigor e conhecimento que a aplicabilidade do diploma obriga, optar pela não aceitação da transferência objeto de análise para o corrente ano, não descurando, no entanto, o evoluir da temática bem como perceber o alcance que esta matéria terá na esfera do Município e dos municípios. _____

Por último, a decisão a tomar pelos órgãos municipais no que concerne à eventual decisão de não-aceitação, por agora, das competências ora propostas, prevê o n.º 3 do artigo 4.º da lei-quadro, que as mesmas se converterão em definitivas em janeiro de 2021. _____

Nestes termos, _____

PROPONHO:

1. Que a Câmara Municipal delibere, à semelhança da decisão tomada em 18 de janeiro de 2019, não aceitar a proposta de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio do estacionamento público para o ano de 2020; _____
2. Que, após aprovação pela Câmara Municipal, esta proposta seja remetida ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, em cumprimento e para os efeitos previstos na alínea *ccc*) do n.º 1, do artigo 33.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; _____
3. Caso a presente proposta resulte na pretensão de não aceitação da transferência de competências por parte do órgão deliberativo para o ano de 2019, que seja promovida a comunicação da decisão à Direção Geral

- ATA DA REUNIÃO DE 21 DE JUNHO DE 2019 (N.º 13/2019)

das Autarquias Locais até dia 30 de junho de 2019, em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 4.º da lei n.º 50/2018 de 16 de agosto; _____

4. Que seja aprovada em minuta a parte respeitante a esta deliberação para imediata produção de efeitos, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 57.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro” _____

O Sr. Vereador Eng.º Filipe Silva, apresentou uma Declaração de Voto expressando a sua posição, a qual leu e se transcreve na íntegra: _____

“Descentralização de Competências

Declaração de Voto

O Partido Social Democrata perante os pontos 4.7 a 4.14 da Ordem do Dia, relativamente à descentralização de competências entende expressar a seguinte posição: _____

A Lei n.º 50/2018 de 16 de agosto dispõe no número 3.º do artigo 4.º que todas as competências previstas no diploma se consideram transferidas para as autarquias locais e entidades intermunicipais até 1 de janeiro de 2021. _____

Por proposta do PSD ficou consagrado na Lei o princípio do gradualismo. Por isso, dispõe o número 2. do artigo 4.º, nas respetivas alíneas a) e b) que, desde que previamente deliberado nesse sentido pelos órgãos deliberativos, as autarquias que não queiram a transferência em 2019, deverão comunicar à DGAL até 15 de setembro de 2018, e que as autarquias que não queiram a transferência em 2020, deverão comunicar à DGAL até 30 de junho de 2019. _____

Esta Lei-Quadro define que a transferência das novas competências, a identificação da respetiva natureza e a forma de afetação dos respetivos recursos são concretizadas através de diplomas legais de âmbito setorial e, era suposto, que os inerentes decretos-lei fossem publicados atempadamente. _____

O processo de transferência de competências para as autarquias locais revela a incompetência do Governo e dos seus parceiros governativos. _____

A incompetência na condução deste processo é evidente nas inúmeras falhas do mesmo que condicionam a sua execução atempada e transição esclarecida. _____

Falhou o Governo, ao não produzir a legislação complementar de forma atempada para que em 2019 pudessem ser assumidos os compromissos, como estava previsto na própria Lei do governo. _____

Falhou o Governo, por ainda não ter tido a capacidade de apresentar estudos credíveis dos impactos das transferências de competências. _____

Falhou o Governo, por ainda não ter apresentado de forma cabal as contrapartidas financeiras à assunção de

- ATA DA REUNIÃO DE 21 DE JUNHO DE 2019 (N.º 13/2019)

competências pelas freguesias. _____

Falhou o Governo, por ter criado dificuldades e lançado a confusão junto dos autarcas de freguesia, com implicações na organização e planeamento necessários para decidirem sobre a transferência de competências. Recordamos a posição do PSD, traduzida numa declaração conjunta com o Governo sobre a temática da Descentralização, em 2018. Esta iniciativa, inserida nos objetivos delineados pelo Presidente do PSD, resultou de um processo negocial que visou assegurar e demonstrar a importância que o PSD coloca no processo de descentralização e que o mesmo, sendo essencial para o País, não pode ficar à mercê de questiúnculas partidárias, nem à mercê de atrasos incompreensíveis. _____

O acordo previa que a reforma da Descentralização, que inclui a revisão da Lei das Finanças Locais e consequentes “envelopes” financeiros associados a cada Autarquia local, com identificação das verbas por área de competências, teria de estar concluída até ao final da Sessão Legislativa que terminou em julho de 2018. Ficou ainda acordado a consagração do princípio do gradualismo para que todas as autarquias locais assumam as novas competências até 2021, sendo permitido a rejeição da transferência com efeitos nos anos de 2019 e de 2020. Mas as coisas não têm andado como acordado. _____

Chegados aqui, verifica-se que os decretos-lei setoriais têm vindo a ser publicados em diário da república de forma muito lenta e atrasada e há mesmo algumas áreas a descentralizar que ainda não têm decreto-lei publicado. Há um incompreensível atraso o que afeta as ponderações que as autarquias têm de fazer. _____

É incompreensível porque a prática não corresponde ao discurso. Na voz do Governo a descentralização é a pedra angular da democracia. Mas, na prática, tem sido é pedras colocadas pelo Governo no caminho dos autarcas, pela sua incapacidade de produzir trabalho atempado e competente que possibilite a implementação da descentralização nos prazos acordados e com a possibilidade de as autarquias beneficiarem da aplicação gradual dado que não podem sequer avaliar devidamente porque, ou os diplomas não estão todos publicados, ou se já foram publicados, há um conjunto de informação insuficiente. _____

Se das oito propostas de deliberação a proposta de deliberação 61/2019 em face da listagem rececionada na Câmara Municipal relativa ao património sem utilização da administração direta e indireta do Estado, e depois de uma primeira recusa por ausência de objeto a transferir e a consequente inaplicabilidade do decreto-lei, ainda se pode considerar, à data de hoje, aceitável o mesmo não se poderá dizer das restantes sete transferências de competências. _____

Assim o Partido Social Democrata tendo em conta as considerações acima descritas, os constrangimentos existentes na transferência de competências e os fundamentos apresentados nas propostas presentes para deliberação entende votar de acordo com os termos propostos em cada uma delas. _____

Figueiró dos Vinhos, 21 de junho de 2019 _____

- ATA DA REUNIÃO DE 21 DE JUNHO DE 2019 (N.º 13/2019)

O Vereador
Luís Filipe Silva”

O Sr. Vereador Dr. Carlos Lopes, referiu que a sua posição é única, para todos os pontos agendados e que vão ser discutidos e analisados, de 4.7 ao 4.14, com os mesmos fundamentos já vertidos em ata, aquando a Reunião Extraordinária de 18/01/2019, votando favoravelmente todas as Propostas de Deliberação. _____

A Câmara Municipal depois destas considerações, deliberou por unanimidade proceder em conformidade com a mesma, aprovando no que respeita à transferência de competências para os órgãos municipais no domínio do estacionamento público, a proposta de não aceitação à semelhança da decisão tomada em 18 de janeiro de 2019, para os órgãos municipais no domínio do estacionamento público para o ano de 2020.

Mais deliberou submeter para aprovação, esta proposta ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, em cumprimento e para os efeitos da alínea *ccc)* do n.º 1, do artigo 33.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e caso a proposta resulte no mesmo sentido de não aceitação da transferência de competências por parte do órgão deliberativo, que seja promovida a comunicação da decisão à Direção Geral das Autarquias Locais até dia 30 de junho de 2019, em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 4.º da lei n.º 50/2018 de 16 de agosto. _____

Por último deliberou aprovar em minuta a parte respeitante a esta deliberação para imediata produção de efeitos, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 57.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. _____

4.11 TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS E DAS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS NO DOMÍNIO DA EDUCAÇÃO – DECRETO-LEI N.º 21/2019 DE 30 DE JANEIRO: Sobre o assunto foi presente a seguinte Proposta de Deliberação n.º 63/2019 emitida pelo Sr. Presidente Jorge Abreu: _____

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO n.º 63/2019:

“Considerando a lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, aprovada pela lei n.º 50/2018 de 16 de agosto, concretiza a transferência de novas competências, a identificação da respetiva natureza e a forma de afetação dos recursos, através de diplomas legais de âmbito setorial relativos às diversas áreas a descentralizar da administração direta e indireta do Estado, os quais estabelecem disposições transitórias adequadas à gestão do procedimento de transferência em

- ATA DA REUNIÃO DE 21 DE JUNHO DE 2019 (N.º 13/2019)

causa. _____

No âmbito da lei-quadro aprovada, foi publicado através do decreto-lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro, que concretiza transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio da educação. _____

Dispõe o decreto-lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro, em matéria de transferência de competências o seguinte:

*“Artigo 3.º
Transferência de competências*

1 - É da competência dos órgãos municipais participar, em matéria de educação, no planeamento, na gestão e na realização de investimentos, nos termos regulados no presente decreto-lei. _____

2 - É da competência dos órgãos das entidades intermunicipais o planeamento intermunicipal da rede de transporte escolar e da oferta educativa de nível supramunicipal.” _____

Analisado o conteúdo das competências a transferir, cumpre informar que foi a Câmara Municipal notificada pela Secretaria de Estado das Autarquias Locais, nos termos do n.º 1 do artigo 69.º do decreto n.º 21/2019 de 30 de janeiro, a fim de se pronunciar sobre o projeto de mapas que identifica os montantes financeiros associados ao exercício anual das competências a transferir, o que foi feito nos seguintes termos, por e-mail datado de 9 de maio de 2019: _____

“Tendo presente a comunicação de V.ª Ex.ª por endereço eletrónico com registo de entrada n.º 436, de 11/04/2019, relativa ao projeto de mapas, que identifica os montantes financeiros associados ao exercício anual das competências a transferir no domínio da educação, e as escolas a transferir e respetivos encargos, cujas competências serão transferidas para os municípios, suscitam-nos dúvidas sobre as quais agradecemos que nos sejam prestados os devidos esclarecimentos. _____

Nesse sentido, quanto aos encargos anuais com trabalhadores, requer-se informação sobre o posicionamento remuneratório, a idade e a situação, caso a caso, resultante da aplicabilidade do sistema de avaliação de desempenho. Quanto ao número de trabalhadores referidos no mapa I, em número total de 58, verifica-se tratar-se de um quadro de pessoal manifestamente insuficiente, considerando que já a própria autarquia tem assegurado o reforço de recursos humanos há já largos anos, seguramente há mais de uma década. Situação análoga se verifica no que concerne à contratação de Técnicos Especializados (Psicólogos, Terapeutas da Fala) cuja contratação têm sido assegurada pela Autarquia, contando, ainda, com a disponibilidade de outras entidades que, numa lógica de parceria, ajudam a suprimir estas dificuldades. _____

No que concerne ao Mapa IV – Escola a tempo inteiro, concretamente o valor apresentado para as Atividades de Enriquecimento Curricular, parece-nos manifestamente insuficiente, levantando-nos a dúvida se aí estarão

- ATA DA REUNIÃO DE 21 DE JUNHO DE 2019 (N.º 13/2019)

contemplados os encargos com Técnicos com vínculo ao Município mas que estão afetos, a tempo parcial, ao desenvolvimento dessas Atividades. _____

Quanto ao mapa V – Encargos das Instalações, constata-se que no mesmo não são referidas determinadas despesas, nomeadamente, encargos com o consumo de gás, atividades de apoio à vigilância e de segurança, manutenção/conservação dos espaços exteriores, assistência técnica, nomeadamente a realizada com manutenção dos sistemas de aquecimento, ventilação e ar condicionados, bem como manutenção e aquisição de equipamentos informáticos, e ainda seguros dos estabelecimentos escolares. Considerando a natureza essencial das rubricas descritas, é claramente impossível a não indicação de custos associados. _____

Ainda sobre este ponto, e no que se refere a combustíveis, questionamos se o valor apresentado inclui as despesas de transporte dos docentes para deslocações para correção de exames. _____

Suscita-nos igualmente dúvidas o Mapa relativo às escolas a transferir, considerando a referência ao necessário “investimento de modernização” na Escola Secundária, “de acordo com a avaliação efetuada pelos serviços do departamento governamental com competência na matéria”. Nesse sentido, solicitamos que nos seja facultado um relatório técnico com indicação das necessidades de intervenção estrutural no edificado, níveis de eficiência energética, condições de salubridade, entre outras.” _____

Atendendo à falta de resposta às questões levantadas e subsistindo as dúvidas suscitadas sobre os mapas financeiros apresentados, não se encontram reunidas condições que permitam ao Município tomar uma posição sobre esta matéria devidamente sustentada e consistente, pelo que, por prudência, se entende inoportuna a aceitação no imediato das competências para os órgãos municipais no domínio da educação, para os anos de 2019 e 2020, de forma a não comprometer o normal funcionamento dos respetivos anos letivos.

Por último, a decisão a tomar pelos órgãos municipais no que concerne à eventual decisão de não-aceitação, por agora, as competências ora propostas, prevê o n.º 3 do artigo 4.º da lei-quadro, que as mesmas se converterão em definitivas em janeiro de 2021. _____

Nestes termos, _____

PROPONHO:

1. Que, a Câmara Municipal delibere pela proposta de não aceitação de transferência de competências no domínio da educação para os anos 2019 e 2020;
2. Que, a Câmara Municipal delibere pela proposta aceitação de transferência de competências no domínio da educação para os órgãos da entidade intermunicipal;

- ATA DA REUNIÃO DE 21 DE JUNHO DE 2019 (N.º 13/2019)

3. Que, após aprovação pela Câmara Municipal, as presentes propostas sejam remetidas ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, em cumprimento e para efeitos do disposto na alínea *ccc*) do n.º 1, do artigo 33.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
4. Caso a proposta presente no ponto 1 resulte na não pretensão de aceitação da transferência de competências por parte do órgão deliberativo, que seja promovida a comunicação da decisão à Direção Geral das Autarquias Locais até dia 30 de junho de 2019, em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 76.º do decreto-lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro;
5. Quanto à proposta constante no ponto 2, após decisão da Assembleia Municipal e em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 75.º do decreto-lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro, seja promovida de imediato comunicação da decisão à Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria, permitindo assim que esta se pronuncie, no prazo estabelecido no n.º 2 do artigo 76.º do mesmo diploma;
6. Que seja aprovada em minuta a parte respeitante a esta deliberação para imediata produção de efeitos, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 57.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.”

O Sr. Vereador Eng.º Filipe Silva, apresentou uma Declaração de Voto expressando a sua posição, a qual leu e se transcreve na íntegra: _____

“Descentralização de Competências

Declaração de Voto

O Partido Social Democrata perante os pontos 4.7 a 4.14 da Ordem do Dia, relativamente à descentralização de competências entende expressar a seguinte posição: _____

A Lei n.º 50/2018 de 16 de agosto dispõe no número 3.º do artigo 4.º que todas as competências previstas no diploma se consideram transferidas para as autarquias locais e entidades intermunicipais até 1 de janeiro de 2021. _____

Por proposta do PSD ficou consagrado na Lei o princípio do gradualismo. Por isso, dispõe o número 2. do artigo 4.º, nas respetivas alíneas a) e b) que, desde que previamente deliberado nesse sentido pelos órgãos deliberativos, as autarquias que não queiram a transferência em 2019, deverão comunicar à DGAL até 15 de setembro de 2018, e que as autarquias que não queiram a transferência em 2020, deverão comunicar à DGAL até 30 de junho de 2019. _____

Esta Lei-Quadro define que a transferência das novas competências, a identificação da respetiva natureza e a

- ATA DA REUNIÃO DE 21 DE JUNHO DE 2019 (N.º 13/2019)

forma de afetação dos respetivos recursos são concretizadas através de diplomas legais de âmbito setorial e, era suposto, que os inerentes decretos-lei fossem publicados atempadamente. _____

O processo de transferência de competências para as autarquias locais revela a incompetência do Governo e dos seus parceiros governativos. _____

A incompetência na condução deste processo é evidente nas inúmeras falhas do mesmo que condicionam a sua execução atempada e transição esclarecida. _____

Falhou o Governo, ao não produzir a legislação complementar de forma atempada para que em 2019 pudessem ser assumidos os compromissos, como estava previsto na própria Lei do governo. _____

Falhou o Governo, por ainda não ter tido a capacidade de apresentar estudos credíveis dos impactos das transferências de competências. _____

Falhou o Governo, por ainda não ter apresentado de forma cabal as contrapartidas financeiras à assunção de competências pelas freguesias. _____

Falhou o Governo, por ter criado dificuldades e lançado a confusão junto dos autarcas de freguesia, com implicações na organização e planeamento necessários para decidirem sobre a transferência de competências.

Recordamos a posição do PSD, traduzida numa declaração conjunta com o Governo sobre a temática da Descentralização, em 2018. Esta iniciativa, inserida nos objetivos delineados pelo Presidente do PSD, resultou de um processo negocial que visou assegurar e demonstrar a importância que o PSD coloca no processo de descentralização e que o mesmo, sendo essencial para o País, não pode ficar à mercê de questiúnculas partidárias, nem à mercê de atrasos incompressíveis. _____

O acordo previa que a reforma da Descentralização, que inclui a revisão da Lei das Finanças Locais e consequentes “envelopes” financeiros associados a cada Autarquia local, com identificação das verbas por área de competências, teria de estar concluída até ao final da Sessão Legislativa que terminou em julho de 2018. Ficou ainda acordado a consagração do princípio do gradualismo para que todas as autarquias locais assumam as novas competências até 2021, sendo permitido a rejeição da transferência com efeitos nos anos de 2019 e de 2020. Mas as coisas não têm andado como acordado. _____

Chegados aqui, verifica-se que os decretos-lei setoriais têm vindo a ser publicados em diário da república de forma muito lenta e atrasada e há mesmo algumas áreas a descentralizar que ainda não têm decreto-lei publicado. Há um incompressível atraso o que afeta as ponderações que as autarquias têm de fazer. _____

É incompressível porque a prática não corresponde ao discurso. Na voz do Governo a descentralização é a pedra angular da democracia. Mas, na prática, tem sido é pedras colocadas pelo Governo no caminho dos autarcas, pela sua incapacidade de produzir trabalho atempado e competente que possibilite a implementação da descentralização nos prazos acordados e com a possibilidade de as autarquias beneficiarem da aplicação gradual dado que não podem sequer avaliar devidamente porque, ou os diplomas não estão todos publicados,

- ATA DA REUNIÃO DE 21 DE JUNHO DE 2019 (N.º 13/2019)

ou se já foram publicados, há um conjunto de informação insuficiente. _____

Se das oito propostas de deliberação a proposta de deliberação 61/2019 em face da listagem rececionada na Câmara Municipal relativa ao património sem utilização da administração direta e indireta do Estado, e depois de uma primeira recusa por ausência de objeto a transferir e a consequente inaplicabilidade do decreto-lei, ainda se pode considerar, à data de hoje, aceitável o mesmo não se poderá dizer das restantes sete transferências de competências. _____

Assim o Partido Social Democrata tendo em conta as considerações acima descritas, os constrangimentos existentes na transferência de competências e os fundamentos apresentados nas propostas presentes para deliberação entende votar de acordo com os termos propostos em cada uma delas. _____

Figueiró dos Vinhos, 21 de junho de 2019 _____

O Vereador

Luís Filipe Silva”

O Sr. Vereador Dr. Carlos Lopes, referiu que a sua posição é única, para todos os pontos agendados e que vão ser discutidos e analisados, de 4.7 ao 4.14, com os mesmos fundamentos já vertidos em ata, aquando a Reunião Extraordinária de 18/01/2019, votando favoravelmente todas as Propostas de Deliberação. _____

A Câmara Municipal depois destas considerações, deliberou por unanimidade proceder em conformidade com a mesma, aprovando, no que respeita à transferência de competências no domínio da educação, a proposta de não aceitação para os órgãos municipais para os anos 2019 e 2020 e a proposta de aceitação destas transferências para os órgãos da entidade intermunicipal. _____

Mais deliberou submeter para aprovação, esta proposta ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, em cumprimento e para os efeitos previstos na alínea *ccc*) do n.º 1, do artigo 33.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e caso a proposta, relativamente aos órgãos municipais, resulte na não pretensão de aceitação da transferência de competências por parte do órgão deliberativo, que seja promovida a comunicação da decisão à Direção Geral das Autarquias Locais até dia 30 de junho de 2019, em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 76.º do decreto-lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro. Quanto à proposta, respeitante aos órgãos da entidade intermunicipal, que resulte da aceitação das respetivas competências, após decisão da Assembleia Municipal e em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 75.º do decreto-lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro, seja promovida de imediato comunicação da decisão à Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria, permitindo assim que esta se pronuncie, no prazo estabelecido no n.º 2 do artigo 76.º do mesmo diploma; _____

- ATA DA REUNIÃO DE 21 DE JUNHO DE 2019 (N.º 13/2019)

Por último deliberou aprovar em minuta a parte respeitante a esta deliberação para imediata produção de efeitos, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 57.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. _____

4.12 TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS E DAS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS NO DOMÍNIO DA SAÚDE – DECRETO-LEI

N.º 23/2019 DE 30 DE JANEIRO: Sobre o assunto foi presente a seguinte Proposta de Deliberação n.º 64/2019 emitida pelo Sr. Presidente Jorge Abreu: _____

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO n.º 64/2019

“Considerando a lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, aprovada pela lei n.º 50/2018 de 16 de agosto, concretiza a transferência de novas competências, a identificação da respetiva natureza e a forma de afetação dos recursos, através de diplomas legais de âmbito setorial relativos às diversas áreas a descentralizar da administração direta e indireta do Estado, os quais estabelecem disposições transitórias adequadas à gestão do procedimento de transferência em causa. _____

No âmbito da lei-quadro aprovada, foi publicado através do decreto-lei n.º 23/2019 de 30 de janeiro, que concretiza transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio da saúde. _____

Dispõe o decreto-lei n.º 23/2019 de 30 de janeiro, em matéria de transferência de competências o seguinte:

“Artigo 2.º

Transferência de competências

É da competência dos órgãos municipais a:

- a) Participação no planeamento, na gestão e na realização de investimentos relativos a novas unidades de prestação de cuidados de saúde primários, nomeadamente na sua construção, equipamento e manutenção;*
- b) Gestão, manutenção e conservação de outros equipamentos afetos aos cuidados de saúde primários;*
- c) Gestão dos trabalhadores, inseridos na carreira de assistente operacional, das unidades funcionais dos Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES) que integram o Serviço Nacional de Saúde (SNS); _____*
- d) Gestão dos serviços de apoio logístico das unidades funcionais dos ACES que integram o SNS; _____*
- e) Parceria estratégica nos programas de prevenção da doença, com especial incidência na promoção de estilos de vida saudáveis e de envelhecimento ativo.” _____*

Analisado o conteúdo das competências a transferir, cumpre informar que foi a Câmara Municipal notificada pela Secretaria de Estado das Autarquias Locais, nos termos do n.º 1 do artigo 25.º do decreto n.º 23/2019 de

- ATA DA REUNIÃO DE 21 DE JUNHO DE 2019 (N.º 13/2019)

30 de janeiro, a fim de se pronunciar sobre o projeto de mapas que identifica os montantes financeiros associados ao exercício anual das competências a transferir, os imóveis afetos a cuidados primários de saúde, cujas competências de gestão, manutenção e conservação seriam transferidas para o Município, o que foi feito nos seguintes termos, por e-mail datado de 14 de março de 2019: _____

“Tendo presente a comunicação de V.ª Ex.ª com a referência n.º 264/2018 datada de 08/02/2019, relativa ao projeto de mapa, que identifica os montantes financeiros associados ao exercício anual das competências transferidas, e os imóveis afetos a cuidados primários de saúde cujas competências de gestão, manutenção e conservação são transferidas para os municípios, suscitam-nos dúvidas sobre as quais agradecemos que nos sejam prestados os devidos esclarecimentos. _____

Nesse sentido, quanto aos encargos anuais com trabalhadores, requer-se informação sobre o posicionamento remuneratório, a idade e a situação, caso a caso, resultante da aplicabilidade do sistema de avaliação de desempenho. Quanto ao número de trabalhadores referidos no mapa 2, em número de cinco, verifica-se tratar-se de um quadro de pessoal manifestamente insuficiente, considerando que já a própria autarquia tem assegurado o reforço de recursos humanos há já largos anos, seguramente há mais de uma década. _____

No que respeita ao mapa 3 – Imóveis próprios, suscita-nos o mesmo igualmente dúvidas quanto aos montantes aí inscritos, considerando a idade o imóvel e o desconhecimento do seu estado de conservação atual. Nesse sentido, solicitamos que nos seja facultado um relatório técnico com indicação das necessidades de intervenção estrutural no edificado, níveis de eficiência energética, condições de salubridade, entre outras.

Por último e no que concerne ao mapa 5 – custos logísticos, constata-se que o mesmo apresenta diversas rubricas de despesa sem custo identificado, nomeadamente, serviços de limpeza, atividades de apoio à vigilância e de segurança, arranjos exteriores incluindo jardinagem, encargos com táxis ou outros meios de deslocação utilizados para a prestação de cuidados de saúde bem como de seguros dos estabelecimentos de saúde. Considerando a natureza essencial das rubricas descritas, claramente impossível a não indicação de custos associados. _____

Ainda sobre este ponto e no que se refere à alínea d), fornecimento de eletricidade, água, gás e saneamento, parece-nos, tendo em conta o conhecimento que o Município tem sobre alguns dos encargos aqui elencados, claramente insuficiente o valor apresentado na alínea d) para fazer face às despesas, detetando-se ainda a omitidos encargos com comunicações (telefone, internet), manutenção e aquisição de equipamentos informáticos. Considerando ainda a dimensão territorial e caracterização socioeconómica da população do Concelho de Figueiró dos Vinhos, maioritariamente envelhecida e geograficamente isolada, afigura-se-nos

- ATA DA REUNIÃO DE 21 DE JUNHO DE 2019 (N.º 13/2019)

inquestionavelmente insuficientes os recursos financeiros alocados a fim de operacionalizar viaturas e respetivos encargos associados. Na mesma linha, conclui-se de igual forma, que as verbas apresentadas para manutenção dos sistemas de aquecimento, ventilação e ar condicionados, incluindo o sistema AVAC, estão claramente suborçamentados, tendo como referencia os contratos vigentes com o mesmo objeto para os diversos edifícios do Município. _____

Por último, a fim de uma tomada de decisão consciente e devidamente fundamentada, considerando a prevista cedência de posição contratual dos contratos de prestação de serviços, solicita-se que indique a sua eventual existência, o seu objeto e respetivas condições.” _____

Em resposta às questões suscitadas veio o Secretario de Estado das Autarquias Locais e o Secretário de Estado Adjunto da Saúde, transmitir que: _____

“Na sequência do V/ ofício que nos foi remetido nos termos do n.º 2 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, que desde já agradecemos e que mereceu a N/ melhor atenção, e quanto ao teor dos dados constantes dos mapas e listagens referidos no n.º 1 do artigo 25.º do mesmo diploma, serve o presente para informar que as observações concretas, autonomizáveis ou identificáveis reportadas por V.Exa. como estando em desconformidade, foram remetidos à Administração Regional de Saúde territorialmente competente a fim de se proceder à sua análise e, justificando-se, à respetiva correção. _____

Quanto à descentralização de competências na área da saúde importa ainda esclarecer e salientar que:

· *Apenas os trabalhadores da carreira geral de assistente operacional com vínculo de emprego público dos mapas de pessoal das Administrações Regionais de Saúde e que exerçam funções nas unidades funcionais dos ACES da respetiva localização geográfica, transitarão para os mapas de pessoal das câmaras municipais. Tal transição implica a sucessão na posição jurídica entre os empregadores públicos de origem e de destino envolvidos, mantendo-se inalterados, quanto a todas as restantes matérias, os contratos de trabalho em funções públicas. Assim, a situação jurídico-funcional que os trabalhadores detêm à data da transição não é alterada, mantendo-se também inalteradas as situações de mobilidade existentes. Refira-se, ainda, que os encargos financeiros com a ADSE e o SNS destes trabalhadores se mantêm da responsabilidade da Administração central (cfr. n.ºs 1, 2, 3 e 11 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 23/2019 de 20 de fevereiro);* _____

· *Da informação a publicar pelo despacho referido no n.º 3 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 23/2019 irá constar a atualização, para os casos aplicáveis, do valor da remuneração base (valor*

- ATA DA REUNIÃO DE 21 DE JUNHO DE 2019 (N.º 13/2019)

publicado pelo Decreto-Lei n.º 29/2019, de 20 de fevereiro) bem como o número de trabalhadores abrangidos pelo programa de regularização extraordinária de vínculos laborais precários (PREVPAP). Nesse despacho também irá constar o número de trabalhadores abrangidos por regimes de mobilidade assim como por modalidades de emprego da responsabilidade da segurança social; _____

· No que respeita à transferência de competências de gestão e execução dos serviços de apoio logístico das unidades funcionais dos ACES, sublinha-se que apenas são transferidas as responsabilidades respeitantes às matérias elencadas nas alíneas a) a j) do n.º 1 do artigo 15.º, não sendo transferidas quaisquer outras competências neste âmbito. Todos os montantes a transferir para os municípios para pagamento das despesas realizadas com o referido serviço de apoio logístico (custos logísticos) foram apurados em função das despesas efetivamente realizadas naquele âmbito pelo Ministério da Saúde, no ano anterior à concretização da transferência de competências (cfr. n.º 2 do artigo 15.º). Assim, o despacho referido no n.º 3 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 23/2019, irá atualizar os valores relativos aos custos logísticos em função da execução orçamental de 2018. _____

Quanto às legítimas preocupações manifestadas por alguns municípios junto do Governo nesta fase inicial do processo, designadamente no que respeita às matérias financeiras, contratuais e documentais, salienta-se a operabilidade de alguns mecanismos contidos no Decreto-Lei n.º 23/2019, entre os quais: _____

- A comissão municipal de acompanhamento e monitorização da implementação e desenvolvimento do quadro de competências ora transferido (cfr. artigo 10.º); _____*
- O conselho municipal de saúde e o alargamento das competências do conselho de comunidade (cfr. artigos 7.º a 9.º); _____*
- A possibilidade de posterior revisão, em caso de necessidade fundamentada, dos montantes transferidos (cfr. n.º 4 do artigo 25.º); _____*
- A formalização da transferência através de auto onde serão devidamente identificados os recursos humanos, patrimoniais e financeiros associados ao desempenho das competências transferidas para os municípios (cfr. artigo 20.º).” _____*

Após uma análise dos esclarecimentos prestados, constata-se que não foram cabalmente esclarecidas as dúvidas suscitadas e ainda que, o necessário esclarecimento a algumas das questões colocadas, foi remetido para informação a publicar, subsistindo assim, as dúvidas inicialmente apresentadas sobre os mapas

- ATA DA REUNIÃO DE 21 DE JUNHO DE 2019 (N.º 13/2019)

financeiros referidos, não se encontram reunidas condições que permitam ao Município tomar uma posição sustentada e consistente sobre esta matéria, pelo que, por prudência, se entende inoportuna a aceitação no imediato das competências para os órgãos municipais no domínio da saúde. _____

Por último, a decisão a tomar pelos órgãos municipais no que concerne à eventual decisão de não-aceitação, por agora, as competências ora propostas, prevê o n.º 3 do artigo 4.º da lei-quadro, que as mesmas se converterão em definitivas em janeiro de 2021. _____

Nestes termos, _____

PROPONHO: _____

1. Que, a Câmara Municipal delibere pela proposta de não aceitação de transferência de competências no domínio da saúde para os órgãos municipais para os anos 2019 e 2020; _____
2. Que, a Câmara Municipal delibere pela proposta de aceitação de transferência de competências no domínio da saúde para os órgãos da entidade intermunicipal; _____
3. Que, após aprovação pela Câmara Municipal, as presentes propostas sejam remetidas ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, em cumprimento e para efeitos do disposto na alínea *ccc*) do n.º 1, do artigo 33.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; _____
4. Caso a proposta presente no ponto 1 resulte na não pretensão de aceitação da transferência de competências por parte do órgão deliberativo, que seja promovida a comunicação da decisão à Direção Geral das Autarquias Locais até dia 30 de junho de 2019, em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 28.º do decreto-lei n.º 23/2019 de 30 de janeiro; _____
5. Quanto à proposta constante no ponto 2, após decisão da Assembleia Municipal e em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 26.º do decreto-lei n.º 23/2019 de 30 de janeiro, seja promovida de imediato comunicação da decisão à Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria, permitindo assim que esta se pronuncie, no prazo estabelecido no n.º 2 do artigo 28.º do mesmo diploma; _____
6. Que seja aprovada em minuta a parte respeitante a esta deliberação para imediata produção de efeitos, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 57.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.” _____

O Sr. Vereador Eng.º Filipe Silva, apresentou uma Declaração de Voto expressando a sua posição, a qual leu e se transcreve na íntegra:

- ATA DA REUNIÃO DE 21 DE JUNHO DE 2019 (N.º 13/2019)

“Descentralização de Competências

Declaração de Voto

O Partido Social Democrata perante os pontos 4.7 a 4.14 da Ordem do Dia, relativamente à descentralização de competências entende expressar a seguinte posição: _____

A Lei n.º 50/2018 de 16 de agosto dispõe no número 3.º do artigo 4.º que todas as competências previstas no diploma se consideram transferidas para as autarquias locais e entidades intermunicipais até 1 de janeiro de 2021. _____

Por proposta do PSD ficou consagrado na Lei o princípio do gradualismo. Por isso, dispõe o número 2. do artigo 4.º, nas respetivas alíneas a) e b) que, desde que previamente deliberado nesse sentido pelos órgãos deliberativos, as autarquias que não queiram a transferência em 2019, deverão comunicar à DGAL até 15 de setembro de 2018, e que as autarquias que não queiram a transferência em 2020, deverão comunicar à DGAL até 30 de junho de 2019. _____

Esta Lei-Quadro define que a transferência das novas competências, a identificação da respetiva natureza e a forma de afetação dos respetivos recursos são concretizadas através de diplomas legais de âmbito setorial e, era suposto, que os inerentes decretos-lei fossem publicados atempadamente. _____

O processo de transferência de competências para as autarquias locais revela a incompetência do Governo e dos seus parceiros governativos. _____

A incompetência na condução deste processo é evidente nas inúmeras falhas do mesmo que condicionam a sua execução atempada e transição esclarecida. _____

Falhou o Governo, ao não produzir a legislação complementar de forma atempada para que em 2019 pudessem ser assumidos os compromissos, como estava previsto na própria Lei do governo. _____

Falhou o Governo, por ainda não ter tido a capacidade de apresentar estudos credíveis dos impactos das transferências de competências. _____

Falhou o Governo, por ainda não ter apresentado de forma cabal as contrapartidas financeiras à assunção de competências pelas freguesias. _____

Falhou o Governo, por ter criado dificuldades e lançado a confusão junto dos autarcas de freguesia, com implicações na organização e planeamento necessários para decidirem sobre a transferência de competências.

Recordamos a posição do PSD, traduzida numa declaração conjunta com o Governo sobre a temática da Descentralização, em 2018. Esta iniciativa, inserida nos objetivos delineados pelo Presidente do PSD, resultou de um processo negocial que visou assegurar e demonstrar a importância que o PSD coloca no processo de descentralização e que o mesmo, sendo essencial para o País, não pode ficar à mercê de questiúnculas

- ATA DA REUNIÃO DE 21 DE JUNHO DE 2019 (N.º 13/2019)

partidárias, nem à mercê de atrasos incompressíveis. _____

O acordo previa que a reforma da Descentralização, que inclui a revisão da Lei das Finanças Locais e consequentes “envelopes” financeiros associados a cada Autarquia local, com identificação das verbas por área de competências, teria de estar concluída até ao final da Sessão Legislativa que terminou em julho de 2018. Ficou ainda acordado a consagração do princípio do gradualismo para que todas as autarquias locais assumam as novas competências até 2021, sendo permitido a rejeição da transferência com efeitos nos anos de 2019 e de 2020. Mas as coisas não têm andado como acordado. _____

Chegados aqui, verifica-se que os decretos-lei setoriais têm vindo a ser publicados em diário da república de forma muito lenta e atrasada e há mesmo algumas áreas a descentralizar que ainda não têm decreto-lei publicado. Há um incompressível atraso o que afeta as ponderações que as autarquias têm de fazer. _____

É incompressível porque a prática não corresponde ao discurso. Na voz do Governo a descentralização é a pedra angular da democracia. Mas, na prática, tem sido é pedras colocadas pelo Governo no caminho dos autarcas, pela sua incapacidade de produzir trabalho atempado e competente que possibilite a implementação da descentralização nos prazos acordados e com a possibilidade de as autarquias beneficiarem da aplicação gradual dado que não podem sequer avaliar devidamente porque, ou os diplomas não estão todos publicados, ou se já foram publicados, há um conjunto de informação insuficiente. _____

Se das oito propostas de deliberação a proposta de deliberação 61/2019 em face da listagem rececionada na Câmara Municipal relativa ao património sem utilização da administração direta e indireta do Estado, e depois de uma primeira recusa por ausência de objeto a transferir e a consequente inaplicabilidade do decreto-lei, ainda se pode considerar, à data de hoje, aceitável o mesmo não se poderá dizer das restantes sete transferências de competências. _____

Assim o Partido Social Democrata tendo em conta as considerações acima descritas, os constrangimentos existentes na transferência de competências e os fundamentos apresentados nas propostas presentes para deliberação entende votar de acordo com os termos propostos em cada uma delas. _____

Figueiró dos Vinhos, 21 de junho de 2019 _____

O Vereador

Luís Filipe Silva”

O Sr. Vereador Dr. Carlos Lopes, referiu que a sua posição é única, para todos os pontos agendados e que vão ser discutidos e analisados, de 4.7 ao 4.14, com os mesmos fundamentos já vertidos em ata, aquando a Reunião Extraordinária de 18/01/2019, votando favoravelmente todas as Propostas de Deliberação. _____

- ATA DA REUNIÃO DE 21 DE JUNHO DE 2019 (N.º 13/2019)

A Câmara Municipal depois destas considerações, deliberou por unanimidade proceder em conformidade com a mesma, aprovando, no que respeita à transferência de competências no domínio da saúde, a proposta de não aceitação para os órgãos municipais para os anos 2019 e 2020 e a proposta de aceitação destas transferências para os órgãos da entidade intermunicipal. _____

Mais deliberou submeter para aprovação, esta proposta ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, em cumprimento e para os efeitos previstos na alínea *ccc*) do n.º 1, do artigo 33.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e caso a proposta, relativamente aos órgãos municipais, resulte na não pretensão de aceitação da transferência de competências por parte do órgão deliberativo, que seja promovida a comunicação da decisão à Direção Geral das Autarquias Locais até dia 30 de junho de 2019, em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 28.º do decreto-lei n.º 23/2019 de 30 de janeiro. Quanto à proposta, respeitante aos órgãos da entidade intermunicipal, que resulte da aceitação das respetivas competências, após decisão da Assembleia Municipal e em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 26.º do decreto-lei n.º 23/2019 de 30 de janeiro, seja promovida de imediato comunicação da decisão à Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria, permitindo assim que esta se pronuncie, no prazo estabelecido no n.º 2 do artigo 28.º do mesmo diploma; _____

Por último deliberou aprovar em minuta a parte respeitante a esta deliberação para imediata produção de efeitos, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 57.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. _____

4.13 TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS E DAS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS NO DOMÍNIO DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS REGULAR E TRANSPORTE TURÍSTICO DE PASSAGEIROS EM VIAS NAVEGÁVEIS INTERIORES – DECRETO-LEI N.º 58/2019

DE 30 DE ABRIL: Sobre o assunto foi presente a seguinte Proposta de Deliberação n.º 65/2019 emitida pelo Sr. Presidente Jorge Abreu: _____

Proposta de Deliberação n.º 65/2019:

“Considerando a lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, aprovada pela lei n.º 50/2018 de 16 de agosto, que concretiza a transferência de novas competências, a identificação da respetiva natureza e a forma de afetação dos recursos, através de diplomas legais de âmbito setorial relativos às diversas áreas a descentralizar da administração direta e indireta do Estado, os quais estabelecem disposições transitórias adequadas à gestão do procedimento de transferência em causa. _____

- ATA DA REUNIÃO DE 21 DE JUNHO DE 2019 (N.º 13/2019)

No âmbito da lei-quadro aprovada, foi publicado através do decreto-lei n.º 58/2019 de 30 de abril, que concretiza transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio do serviço público de transporte de passageiros regular e do transporte turístico de passageiros em vias navegáveis interiores. _____

Dispõe o decreto-lei n.º 58/2019 de 30 de abril, em matéria de transferência de competências o seguinte:

“Artigo 2.º

Transferência de competências

1 - As competências transferidas nos termos do artigo anterior compreendem, respetivamente _____

a) Os serviços públicos de transporte de passageiros regular, ainda que exercidos em áreas sob a jurisdição de qualquer administração ou autoridade marítima e portuária, designadamente quando tais serviços se encontrem integrados numa rede de transporte público de passageiros urbana, suburbana ou regional;

b) Os transportes turísticos locais entre municípios limítrofes ou no âmbito da mesma comunidade intermunicipal ou área metropolitana, excluindo-se o transporte turístico local que abrange mais do que uma comunidade intermunicipal. _____

2 - Nos casos em que o serviço público regular de transporte de passageiros seja assegurado ao abrigo de uma concessão detida pelo Estado ou por entidade do setor empresarial do Estado, a transferência é objeto de processo negocial específico desencadeado por iniciativa do concedente ou da entidade local territorialmente competente. _____

3 - Nos casos referidos nos números anteriores, as infraestruturas afetas ao transporte são igualmente transferidas, em termos a negociar, se essas infraestruturas lhe estiverem maioritariamente afetas. _____

4 - A transferência das competências abrangidas pelo presente decreto-lei é efetuada sem prejuízo das competências cometidas às entidades reguladoras e fiscalizadoras de âmbito nacional. “ _____

Analisado o conteúdo das competências a transferir e tal como está previsto na lei, constata-se na prática a transferência de competências da administração central para os municípios, no domínio do transporte de passageiros em vias navegáveis interiores, como são exemplo os rios, quer a nível turístico, quer a nível do serviço público regular, passando os municípios a ter competência na sua gestão e funcionamento. Está ainda prevista a revisão das regras e os meios de financiamento das atividades transferidas para os municípios.

No caso concreto do Município de Figueiró dos Vinhos quanto ao seu enquadramento geográfico, neste se encontra bem presente a influência da Serra da Lousã e do Rio Zêzere, dois dos mais importantes condicionantes da geografia que lhe está associada que constituem recursos de inegável valor. Figueiró dos Vinhos está inserido numa região de características montanhosas, com declives acentuados ao longo do território: a altitude varia entre os 100 e 1.000 metros. A rede hidrográfica é densa, sendo constituída essencialmente pelos ribeiros afluentes do Rio Zêzere. _____

Poder-se-á assim numa primeira análise, concluir-se, dado o seu enquadramento geográfico, estarmos perante um quadro de descentralização de competências com potencial de benefícios para o Município. Contudo, trata-

- ATA DA REUNIÃO DE 21 DE JUNHO DE 2019 (N.º 13/2019)

se de uma matéria para qual será necessário criar os mecanismos regulamentares previstos no diploma e por sua vez dotar o Município de ferramentas que permitam uma gestão adequada desta atividade, pelo que, tendo em conta o calendário disponibilizado, considera-se prematuro decidir no sentido da aceitação de tal descentralização, uma vez que tal decisão carece de preparação funcional e estrutural dos serviços municipais.

Por último, a decisão a tomar pelos órgãos municipais no que concerne à eventual decisão de não-aceitação, por agora, as competências ora propostas, prevê o n.º 3 do artigo 4.º da lei-quadro, que as mesmas se converterão em definitivas em janeiro de 2021. _____

Nestes termos, _____

PROPONHO:

1. Que, a Câmara Municipal delibere pela proposta de não aceitação de transferência de competências no domínio do serviço público de transporte de passageiros regular e transporte turístico de passageiros em vias navegáveis interiores para os órgãos municipais para os anos 2019 e 2020; _____
2. Que, a Câmara Municipal delibere pela proposta de aceitação de transferência de competências no domínio do serviço público de transporte de passageiros regular e transporte turístico de passageiros em vias navegáveis interiores para os órgãos da entidade intermunicipal; _____
3. Que, após aprovação pela Câmara Municipal, as presentes propostas sejam remetidas ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, em cumprimento e para efeitos do disposto na alínea *ccc*) do n.º 1, do artigo 33.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; _____
4. Caso a proposta presente no ponto 1 resulte na pretensão de não aceitação da transferência de competências por parte do órgão deliberativo, que seja promovida a comunicação da decisão à Direção Geral das Autarquias Locais até dia 30 de junho de 2019, em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 12.º do decreto-lei n.º 58/2019 de 30 de abril; _____
5. Quanto à proposta constante no ponto 2, após decisão da Assembleia Municipal e em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 8.º do decreto-lei n.º 58/2019 de 30 de abril, seja promovida de imediato comunicação da decisão à Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria, permitindo assim que esta se pronuncie, no prazo estabelecido no n.º 2 do artigo 12.º do mesmo diploma; _____
6. Que seja aprovada em minuta a parte respeitante a esta deliberação para imediata produção de efeitos, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 57.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.” _____

O Sr. Vereador Eng.º Filipe Silva, apresentou uma Declaração de Voto expressando a sua posição, a qual leu e se transcreve na íntegra: _____

- ATA DA REUNIÃO DE 21 DE JUNHO DE 2019 (N.º 13/2019)

“Descentralização de Competências

Declaração de Voto

O Partido Social Democrata perante os pontos 4.7 a 4.14 da Ordem do Dia, relativamente à descentralização de competências entende expressar a seguinte posição: _____

A Lei n.º 50/2018 de 16 de agosto dispõe no número 3.º do artigo 4.º que todas as competências previstas no diploma se consideram transferidas para as autarquias locais e entidades intermunicipais até 1 de janeiro de 2021. _____

Por proposta do PSD ficou consagrado na Lei o princípio do gradualismo. Por isso, dispõe o número 2. do artigo 4.º, nas respetivas alíneas a) e b) que, desde que previamente deliberado nesse sentido pelos órgãos deliberativos, as autarquias que não queiram a transferência em 2019, deverão comunicar à DGAL até 15 de setembro de 2018, e que as autarquias que não queiram a transferência em 2020, deverão comunicar à DGAL até 30 de junho de 2019. _____

Esta Lei-Quadro define que a transferência das novas competências, a identificação da respetiva natureza e a forma de afetação dos respetivos recursos são concretizadas através de diplomas legais de âmbito setorial e, era suposto, que os inerentes decretos-lei fossem publicados atempadamente. _____

O processo de transferência de competências para as autarquias locais revela a incompetência do Governo e dos seus parceiros governativos. _____

A incompetência na condução deste processo é evidente nas inúmeras falhas do mesmo que condicionam a sua execução atempada e transição esclarecida. _____

Falhou o Governo, ao não produzir a legislação complementar de forma atempada para que em 2019 pudessem ser assumidos os compromissos, como estava previsto na própria Lei do governo. _____

Falhou o Governo, por ainda não ter tido a capacidade de apresentar estudos credíveis dos impactos das transferências de competências. _____

Falhou o Governo, por ainda não ter apresentado de forma cabal as contrapartidas financeiras à assunção de competências pelas freguesias. _____

Falhou o Governo, por ter criado dificuldades e lançado a confusão junto dos autarcas de freguesia, com implicações na organização e planeamento necessários para decidirem sobre a transferência de competências.

Recordamos a posição do PSD, traduzida numa declaração conjunta com o Governo sobre a temática da Descentralização, em 2018. Esta iniciativa, inserida nos objetivos delineados pelo Presidente do PSD, resultou de um processo negocial que visou assegurar e demonstrar a importância que o PSD coloca no processo de descentralização e que o mesmo, sendo essencial para o País, não pode ficar à mercê de questiúnculas

- ATA DA REUNIÃO DE 21 DE JUNHO DE 2019 (N.º 13/2019)

partidárias, nem à mercê de atrasos incompressíveis. _____

O acordo previa que a reforma da Descentralização, que inclui a revisão da Lei das Finanças Locais e consequentes “envelopes” financeiros associados a cada Autarquia local, com identificação das verbas por área de competências, teria de estar concluída até ao final da Sessão Legislativa que terminou em julho de 2018. Ficou ainda acordado a consagração do princípio do gradualismo para que todas as autarquias locais assumam as novas competências até 2021, sendo permitido a rejeição da transferência com efeitos nos anos de 2019 e de 2020. Mas as coisas não têm andado como acordado. _____

Chegados aqui, verifica-se que os decretos-lei setoriais têm vindo a ser publicados em diário da república de forma muito lenta e atrasada e há mesmo algumas áreas a descentralizar que ainda não têm decreto-lei publicado. Há um incompressível atraso o que afeta as ponderações que as autarquias têm de fazer. _____

É incompressível porque a prática não corresponde ao discurso. Na voz do Governo a descentralização é a pedra angular da democracia. Mas, na prática, tem sido é pedras colocadas pelo Governo no caminho dos autarcas, pela sua incapacidade de produzir trabalho atempado e competente que possibilite a implementação da descentralização nos prazos acordados e com a possibilidade de as autarquias beneficiarem da aplicação gradual dado que não podem sequer avaliar devidamente porque, ou os diplomas não estão todos publicados, ou se já foram publicados, há um conjunto de informação insuficiente. _____

Se das oito propostas de deliberação a proposta de deliberação 61/2019 em face da listagem rececionada na Câmara Municipal relativa ao património sem utilização da administração direta e indireta do Estado, e depois de uma primeira recusa por ausência de objeto a transferir e a consequente inaplicabilidade do decreto-lei, ainda se pode considerar, à data de hoje, aceitável o mesmo não se poderá dizer das restantes sete transferências de competências. _____

Assim o Partido Social Democrata tendo em conta as considerações acima descritas, os constrangimentos existentes na transferência de competências e os fundamentos apresentados nas propostas presentes para deliberação entende votar de acordo com os termos propostos em cada uma delas. _____

Figueiró dos Vinhos, 21 de junho de 2019 _____

O Vereador

Luís Filipe Silva”

O Sr. Vereador Dr. Carlos Lopes, referiu que a sua posição é única, para todos os pontos agendados e que vão ser discutidos e analisados, de 4.7 ao 4.14, com os mesmos fundamentos já vertidos em ata, aquando a Reunião Extraordinária de 18/01/2019, votando favoravelmente todas as Propostas de Deliberação. _____

- ATA DA REUNIÃO DE 21 DE JUNHO DE 2019 (N.º 13/2019)

A **Câmara Municipal** depois destas considerações, deliberou por unanimidade proceder em conformidade com a mesma, aprovando, no que respeita à transferência de competências no domínio do serviço público de transporte de passageiros regular e transporte turístico de passageiros em vias navegáveis interiores, a proposta de não aceitação para os órgãos municipais para os anos 2019 e 2020 e a proposta de aceitação destas transferências para os órgãos da entidade intermunicipal. _____

Mais deliberou submeter para aprovação, esta proposta ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, em cumprimento e para os efeitos previstos na alínea *ccc)* do n.º 1, do artigo 33.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e caso a proposta, relativamente aos órgãos municipais, resulte na não pretensão de aceitação da transferência de competências por parte do órgão deliberativo, que seja promovida a comunicação da decisão à Direção Geral das Autarquias Locais até dia 30 de junho de 2019, em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 12.º do decreto-lei n.º 58/2019 de 30 de abril. Quanto à proposta, respeitante aos órgãos da entidade intermunicipal, que resulte da aceitação das respetivas competências, após decisão da Assembleia Municipal e em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 8.º do decreto-lei n.º 58/2019 de 30 de abril, seja promovida de imediato comunicação da decisão à Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria, permitindo assim que esta se pronuncie, no prazo estabelecido no n.º 2 do artigo 12.º do mesmo diploma; _____

Por último deliberou aprovar em minuta a parte respeitante a esta deliberação para imediata produção de efeitos, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 57.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. _____

4.14 TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS NO DOMÍNIO DAS ÁREAS PORTUÁRIO-MARÍTIMAS E ÁREAS URBANAS DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO E ECONÓMICO NÃO AFETAS À ATIVIDADE PORTUÁRIA – DECRETO-LEI N.º 72/2019 DE 28 DE MAIO: Sobre o assunto foi presente a seguinte Proposta de Deliberação n.º 66/2019 emitida pelo Sr. Presidente Jorge Abreu: _____

Proposta de Deliberação n.º 66/2019:

“Considerando a lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, aprovada pela lei n.º 50/2018 de 16 de agosto, que concretiza a transferência de novas competências, a identificação da respetiva natureza e a forma de afetação dos recursos, através de diplomas legais de âmbito setorial relativos às diversas áreas a descentralizar da administração direta e indireta do Estado, os quais estabelecem disposições transitórias adequadas à gestão do procedimento de transferência em causa. _____

- ATA DA REUNIÃO DE 21 DE JUNHO DE 2019 (N.º 13/2019)

No âmbito da lei-quadro aprovada, foi publicado através do decreto-lei n.º 72/2019 de 28 de maio, que concretiza transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das áreas portuário-marítimas e áreas urbanas de desenvolvimento turístico e económico não afetas à atividade portuária. _____

Dispõe o decreto- lei n.º 72/2019 de 28 de maio, em matéria de transferência de competências o seguinte:

“Artigo 4.º

Transferência de competências

1 - Os municípios prosseguem, no âmbito do presente decreto-lei, competências no domínio do regular funcionamento das infraestruturas portuárias objeto de transferência, visando a sua exploração económica, conservação e desenvolvimento, nos múltiplos aspetos de ordem económica, financeira e patrimonial, de gestão de efetivos, de administração do património do Estado que lhes está afeto e de exploração portuária, e desenvolvem atividades que sejam complementares, subsidiárias ou acessórias, abrangendo o exercício de competências que lhes estejam ou venham a ser cometidas. _____

2 - São competências dos órgãos municipais: _____

- a) Administrar e fiscalizar os bens e as áreas do domínio público que lhes estejam afetos;* _____
- b) Atribuir títulos de uso privativo e definir a utilidade pública relativamente aos bens do domínio público que lhes estejam afetos, bem como praticar todos os atos respeitantes à execução, modificação e extinção de autorizações, licenças ou concessões;* _____
- c) Licenciar atividades de exercício condicionado e concessionar serviços públicos, podendo praticar todos os atos necessários à atribuição, execução, modificação e extinção de autorizações, licenças ou concessões;*
- d) Fixar as taxas a cobrar pela utilização das suas infraestruturas portuárias, dos serviços neles prestados e pela ocupação de espaços dominiais ou destinados a atividades comerciais ou industriais;* _____
- e) Liquidar e cobrar, voluntária e coercivamente, as taxas que lhes sejam devidas nos termos da lei e, bem assim, os rendimentos provenientes da sua atividade, sendo os créditos correspondentes equiparados aos créditos do Estado e constituindo título executivo as faturas, certidões de dívida ou títulos equivalentes;*
- f) Defender os bens do domínio público do Estado que lhes estejam afetos e assegurar a proteção das suas instalações e do seu pessoal;* _____
- g) Executar coercivamente, quando se revele necessário, as suas decisões, nos termos da lei, designadamente mediante a colaboração das autoridades competentes;* _____
- h) Estabelecer com outras entidades públicas, quando necessário e dentro dos limites permitidos por lei, acordos relativamente à coordenação, gestão, fiscalização e exercício de usos ou atividades;* _____
- i) Determinar a disponibilização pelos utilizadores dos portos e das marinas dos elementos estatísticos, dados ou previsões referentes às atividades exercidas na área portuária que lhes esteja afeta, cujo conhecimento seja relevante para a avaliação ou determinação do movimento geral dos portos ou para qualquer outro fim estatístico;* _____
- j) Ceder a entidades públicas, a título precário, bens do domínio público e do domínio privado do Estado que lhes estejam afetos, mediante o pagamento de compensação financeira.* _____

3 - No exercício das competências transferidas, os órgãos municipais podem: _____

- a) Solicitar o auxílio das autoridades administrativas e policiais, quando for necessário para o desempenho das suas funções;* _____
- b) Identificar pessoas ou entidades que atuem em violação das disposições legais e regulamentares de proteção marítimo-portuária, ou de património do Estado afeto à sua exploração, procedendo à imediata denúncia perante as autoridades competentes, se tais atos forem suscetíveis de integrar um tipo legal de crime ou um tipo de ilícito contraordenacional.* _____

4 - No exercício das competências transferidas, os órgãos municipais devem, nos casos e termos definidos no protocolo referido n.º 2 do artigo 1.º:

- ATA DA REUNIÃO DE 21 DE JUNHO DE 2019 (N.º 13/2019)

- a) Construir, adquirir, conservar e fiscalizar as obras marítimas e terrestres, bem como equipamento flutuante e terrestre dos portos e marinas; _____
- b) Elaborar os regulamentos necessários à exploração dos portos e marinas; _____
- c) Exercer ou autorizar e regulamentar localmente as atividades diretamente relacionadas com as atividades portuárias, piscatórias e de náutica de recreio, respeitantes a movimentação da náutica de recreio, da armazenagem e de outras prestações de serviço, como fornecimento de água, energia elétrica, combustíveis e aluguer de equipamentos; _____
- d) Aplicar as sanções previstas na lei, sem prejuízo da competência atribuída a outras entidades; _____
- e) Administrar e fiscalizar os bens e áreas do domínio público que lhes estejam afetos, designadamente atribuindo licenças e concessões para a sua utilização, nos termos da Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, na sua redação atual, e do Código dos Contratos Públicos; _____
- f) Conceder a exploração de instalações portuárias, de serviços, ou de atividades conexas e, bem assim, de áreas destinadas a instalações industriais e comerciais correlacionadas com aquelas atividades; _____
- g) Garantir a segurança das instalações portuárias, promovendo a regulamentação necessária e utilizando os meios e dispositivos adequados; _____
- h) Cobrar e arrecadar as receitas provenientes da exploração dos portos e das marinas e todas as outras que legalmente lhe pertençam e autorizar a restituição de verbas indevidamente cobradas. _____
- 5 - Sem prejuízo dos casos em que, nos termos do regime jurídico das autarquias locais aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, se torna necessária prévia deliberação da assembleia municipal, as competências constantes dos números anteriores são exercidas pela câmara municipal, com exceção das previstas: _____
- a) Na alínea d) do n.º 1 e nas alíneas b) e c) do n.º 4, no que respeita à aprovação dos regulamentos, que são exercidas pela assembleia municipal sob proposta da câmara municipal; e _____
- b) Na alínea d) do n.º 4 que é exercida pelo presidente da câmara municipal.” _____

Analisado o conteúdo das competências a transferir e tal como está previsto na lei, constata-se na prática a transferência de competências da administração central para os municípios, no domínio das áreas portuário-marítimas e áreas urbanas de desenvolvimento turístico e económico não afetas à atividade portuária, como são exemplo as áreas destinadas à atividade náutica de recreio, onde se incluem as atividades de lazer ou desportivas praticadas com barco a motor. _____

No caso concreto do Município de Figueiró dos Vinhos quanto ao seu enquadramento geográfico, à semelhança das matérias constantes do decreto-lei n.º 58/2019 de 30 de abril, constata-se uma forte exposição ao Rio Zêzere para além da existência de uma rede hidrográfica densa, que se constitui essencialmente pelos ribeiros seus afluentes. _____

Poder-se-á assim numa primeira análise, concluir-se, dado o seu enquadramento geográfico, estarmos perante um quadro de descentralização de competências com potencial de benefícios para o Município. Contudo, pela leitura do decreto-lei, trata-se de uma matéria com algum grau de complexidade na sua operacionalização pelo que se considera prematuro decidir no sentido da aceitação de tal descentralização, uma vez que tal decisão

- ATA DA REUNIÃO DE 21 DE JUNHO DE 2019 (N.º 13/2019)

carece de preparação funcional e estrutural dos serviços municipais. _____

Por último, a decisão a tomar pelos órgãos municipais no que concerne à eventual decisão de não-aceitação, por agora, as competências ora propostas, prevê o n.º 3 do artigo 4.º da lei-quadro, que as mesmas se converterão em definitivas em janeiro de 2021. _____

Nestes termos, _____

PROPONHO:

1. Que a Câmara Municipal delibere, não aceitar a proposta de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das áreas portuário-marítimas e áreas urbanas de desenvolvimento turístico e económico não afetas à atividade portuária, para o ano de 2019 e 2020; _____
2. Que, após aprovação pela Câmara Municipal, esta proposta seja remetida ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, em cumprimento e para os efeitos previstos na alínea *ccc*) do n.º 1, do artigo 33.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; _____
3. Caso a presente proposta resulte na pretensão de não aceitação da transferência de competências por parte do órgão deliberativo para o ano de 2019, que seja promovida a comunicação da decisão à Direção Geral das Autarquias Locais, em cumprimento do disposto artigo 15.º do decreto-lei n.º 72/2019 de 28 de maio; _____
4. Que seja aprovada em minuta a parte respeitante a esta deliberação para imediata produção de efeitos, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 57.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro”. _____

A Câmara Municipal depois destas considerações, deliberou por unanimidade proceder em conformidade com a mesma, aprovando no que respeita à transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das áreas portuário-marítimas e áreas urbanas de desenvolvimento turístico e económico não afetas à atividade portuária, a proposta de não aceitação para os órgãos municipais, para o ano de 2019 e 2020. _____

Mais deliberou submeter para aprovação, esta proposta ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, em cumprimento e para os efeitos da alínea *ccc*) do n.º 1, do artigo 33.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e caso a proposta resulte no mesmo sentido de não aceitação da transferência de competências por parte do órgão deliberativo, que seja promovida a comunicação da decisão à Direção Geral das Autarquias Locais até dia 30 de junho de 2019, em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 4.º da lei n.º 50/2018 de 16 de agosto. _____

- ATA DA REUNIÃO DE 21 DE JUNHO DE 2019 (N.º 13/2019)

Por último deliberou aprovar em minuta a parte respeitante a esta deliberação para imediata produção de efeitos, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 57.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. _____

- ATA DA REUNIÃO DE 21 DE JUNHO DE 2019 (N.º 13/2019)

5.UNIDADE ORGÂNICA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

5.1 ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS – EQUIPA DE INTERVENÇÃO PERMANENTE – CUSTOS COM OS VENCIMENTOS REFERENTE AO MÊS DE MAIO DE 2019 - RATIFICAÇÃO DO DESPACHO EMITIDO PELO SR. PRESIDENTE DATADO DE 14/06/2019:

A Câmara Municipal face à Informação Interna n.º 71/SF/2019 datada de 13/06/2019 no valor de 1.883,03 euros (mil oitocentos e oitenta e três euros e três cêntimos) deliberou por unanimidade ratificar o Despacho do Sr. Presidente datado de 14/06/2019 relativo ao pagamento dos custos com os vencimentos do mês de maio de 2019, no valor de 1.883,03 euros (mil oitocentos e oitenta e três euros e três cêntimos). _____

5.2 PINHAIS DO ZÊZERE – ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO – DESPESAS DE FUNCIONAMENTO DA DELEGAÇÃO REFERENTE AO MÊS DE MAIO DE 2019:

Sobre este assunto foi presente a seguinte Informação Interna, n.º 72/SF/2019, datada de 13/06/2019, no valor de 2.386,01 euros (dois mil trezentos e oitenta e seis euros e um cêntimos). _____

O Senhor Vereador Engenheiro Filipe Silva, relativamente a este ponto, apresentou um documento que se transcreve na íntegra: _____

“Pinhais do Zêzere - Associação para o Desenvolvimento

Relativamente à Associação Pinhais do Zêzere continuamos a manter as dúvidas, que temos deixado exarado em ata, acerca deste assunto e que têm motivado o nosso voto contra desde que assumimos o mandato em outubro de 2017. _____

Não estão aqui em causa as pessoas que foram chamados para trabalhar e que querem, legitimamente, receber pelo seu trabalho no final de cada mês. O que está aqui em causa é a legalidade ou não desse pagamento.

Desde a primeira reunião, em 8 de novembro de 2017, data em que estes pagamentos começaram a vir à reunião de câmara que temos vindo a chamar a atenção da maioria do executivo para este assunto e para a necessidade de uma clarificação legal que fundamente o nosso conhecimento para o exercício de uma votação competente. _____

Enquanto isso se dúvidas tínhamos outras se lhes juntaram, vindas a público na comunicação social, pelo que até que não sejam devidamente esclarecidas todas estas questões e sejamos elucidados no que diz respeito à

- ATA DA REUNIÃO DE 21 DE JUNHO DE 2019 (N.º 13/2019)

necessidade de dispormos de toda a informação necessária e suficiente para fundamentar a nossa votação e seja demonstrado por Entidade Competente para o efeito de que não existe qualquer ilicitude não podemos aprovar os referidos pagamentos. _____

Figueiró dos Vinhos, 21 de junho de 2019 _____

O Vereador
Luís Filipe Silva”

Depois destas considerações, **a Câmara Municipal** deliberou por maioria, três votos a favor dos Senhores Vereadores do Partido Socialista e Movimento Figueiró Independente e um voto contra do Senhor Vereador eleito pela Coligação do Partido Social Democrata/Partido Popular, aprovar o pagamento no valor de 2.386,01 euros (dois mil trezentos e oitenta e seis euros e um cêntimos)., relativo a despesas de funcionamento da Delegação, referente ao mês de maio de 2019. _____

O Sr. Presidente da Câmara Municipal Jorge Abreu, não participou na votação e discussão deste assunto por ser dirigente da Associação, tendo-se na altura, ausentado da Sala de reuniões. _____

5.3 PINHAIS DO ZÊZERE – ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO – SUPORTE DE CUSTOS DE DIVERSOS TRABALHADORES, REFERENTE AO MÊS DE MAIO DE 2019: Sobre este assunto foi presente a seguinte Informação Interna, n.º 73/SF/2019, datada de 13/06/2019, no valor de 6.420,92 euros. (seis mil quatrocentos e vinte euros e noventa e dois cêntimos). _____

O Senhor Vereador Engenheiro Filipe Silva, relativamente a este ponto, apresentou um documento que se transcreve na íntegra: _____

“Pinhais do Zêzere - Associação para o Desenvolvimento

Relativamente à Associação Pinhais do Zêzere continuamos a manter as dúvidas, que temos deixado exarado em ata, acerca deste assunto e que têm motivado o nosso voto contra desde que assumimos o mandato em outubro de 2017. _____

Não estão aqui em causa as pessoas que foram chamados para trabalhar e que querem, legitimamente, receber pelo seu trabalho no final de cada mês. O que está aqui em causa é a legalidade ou não desse pagamento.

- ATA DA REUNIÃO DE 21 DE JUNHO DE 2019 (N.º 13/2019)

Desde a primeira reunião, em 8 de novembro de 2017, data em que estes pagamentos começaram a vir à reunião de câmara que temos vindo a chamar a atenção da maioria do executivo para este assunto e para a necessidade de uma clarificação legal que fundamente o nosso conhecimento para o exercício de uma votação competente. _____

Enquanto isso se dúvidas tínhamos outras se lhes juntaram, vindas a público na comunicação social, pelo que até que não sejam devidamente esclarecidas todas estas questões e sejamos elucidados no que diz respeito à necessidade de dispormos de toda a informação necessária e suficiente para fundamentar a nossa votação e seja demonstrado por Entidade Competente para o efeito de que não existe qualquer ilicitude não podemos aprovar os referidos pagamentos. _____

Figueiró dos Vinhos, 21 de junho de 2019 _____

O Vereador

Luís Filipe Silva”

Depois destas considerações, **a Câmara Municipal** deliberou por maioria, três votos a favor dos Senhores Vereadores do Partido Socialista e Movimento Figueiró Independente e um voto contra do Senhor Vereador eleito pela Coligação do Partido Social Democrata/Partido Popular, aprovar o pagamento no valor de 6.420,92 euros. (seis mil quatrocentos e vinte euros e noventa e dois cêntimos), relativo ao suporte de custos com diversos trabalhadores do mês de maio de 2019. _____

O Sr. Presidente da Câmara Municipal Jorge Abreu, não participou na votação e discussão deste assunto por ser dirigente da Associação, tendo-se na altura, ausentado da Sala de reuniões. _____

5.4 PINHAIS DO ZÊZERE – ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO – DESPESAS COM DIVERSOS TRABALHADORES DO PROGRAMA MEDIDA-CONTRATO EMPREGO – INSERÇÃO, REFERENTE AOS MESES DE JANEIRO A ABRIL DE 2019: Sobre este assunto foi presente a seguinte Informação Interna, n.º 74/SF/2019, datada de 13/06/2019, no valor de 10.164,10 euros. (dez mil cento e sessenta e quatro euros e dez cêntimos). _____

O Senhor Vereador Engenheiro Filipe Silva, relativamente a este ponto, apresentou um documento que se transcreve na íntegra: _____

“Pinhais do Zêzere - Associação para o Desenvolvimento

- ATA DA REUNIÃO DE 21 DE JUNHO DE 2019 (N.º 13/2019)

Relativamente à Associação Pinhais do Zêzere continuamos a manter as dúvidas, que temos deixado exarado em ata, acerca deste assunto e que têm motivado o nosso voto contra desde que assumimos o mandato em outubro de 2017. _____

Não estão aqui em causa as pessoas que foram chamados para trabalhar e que querem, legitimamente, receber pelo seu trabalho no final de cada mês. O que está aqui em causa é a legalidade ou não desse pagamento.

a Câmara Municipal deliberou por maioria, três votos a favor dos Senhores Vereadores do Partido Socialista e Movimento Figueiró Independente e um voto contra do Senhor Vereador eleito pela Coligação do Partido Social Democrata/Partido Popular, aprovar o pagamento no valor de 10.164,10 euros. (dez mil cento e sessenta e quatro euros e dez cêntimos), relativo a despesas com diversos trabalhadores do programa medida emprego-inserção dos meses de janeiro a abril de 2019. _____

Desde a primeira reunião, em 8 de novembro de 2017, data em que estes pagamentos começaram a vir à reunião de câmara que temos vindo a chamar a atenção da maioria do executivo para este assunto e para a necessidade de uma clarificação legal que fundamente o nosso conhecimento para o exercício de uma votação competente. _____

Enquanto isso se dúvidas tínhamos outras se lhes juntaram, vindas a público na comunicação social, pelo que até que não sejam devidamente esclarecidas todas estas questões e sejamos elucidados no que diz respeito à necessidade de dispormos de toda a informação necessária e suficiente para fundamentar a nossa votação e seja demonstrado por Entidade Competente para o efeito de que não existe qualquer ilicitude não podemos aprovar os referidos pagamentos. _____

Figueiró dos Vinhos, 21 de junho de 2019 _____

O Vereador

Luís Filipe Silva”

Depois destas considerações, **a Câmara Municipal** deliberou por maioria, três votos a favor dos Senhores Vereadores do Partido Socialista e Movimento Figueiró Independente e um voto contra do Senhor Vereador eleito pela Coligação do Partido Social Democrata/Partido Popular, aprovar o pagamento no valor de 10.164,10 (dez mil cento e sessenta e quatro euros e dez cêntimos), relativo a despesas com diversos trabalhadores do programa Medida-Contrato Emprego-Inserção dos meses de janeiro a abril de 2019. ____

O Sr. Presidente da Câmara Municipal Jorge Abreu, não participou na votação e discussão deste assunto por ser dirigente da Associação, tendo-se na altura, ausentado da Sala de reuniões. _____

- ATA DA REUNIÃO DE 21 DE JUNHO DE 2019 (N.º 13/2019)

5.5 PINHAIS DO ZÊZERE – ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO – DESPESAS COM O SEGURO DE ACIDENTES DE TRABALHO DE DIVERSOS TRABALHADORES DO PROGRAMA MEDIDA-CONTRATO EMPREGO – INSERÇÃO, REFERENTE AOS MESES DE DEZEMBRO DE

2017 A NOVEMBRO DE 2018: Sobre este assunto foi presente a seguinte Informação Interna, n.º 75/SF/2019, datada de 13/06/2019, no valor de 3.475,25 euros (três mil quatrocentos e setenta e cinco euros e vinte e cinco cêntimos). _____

O Senhor Vereador Engenheiro Filipe Silva, relativamente a este ponto, apresentou um documento que se transcreve na íntegra: _____

“Pinhais do Zêzere - Associação para o Desenvolvimento

Relativamente à Associação Pinhais do Zêzere continuamos a manter as dúvidas, que temos deixado exarado em ata, acerca deste assunto e que têm motivado o nosso voto contra desde que assumimos o mandato em outubro de 2017. _____

Não estão aqui em causa as pessoas que foram chamados para trabalhar e que querem, legitimamente, receber pelo seu trabalho no final de cada mês. O que está aqui em causa é a legalidade ou não desse pagamento.

Desde a primeira reunião, em 8 de novembro de 2017, data em que estes pagamentos começaram a vir à reunião de câmara que temos vindo a chamar a atenção da maioria do executivo para este assunto e para a necessidade de uma clarificação legal que fundamente o nosso conhecimento para o exercício de uma votação competente. _____

Enquanto isso se dúvidas tínhamos outras se lhes juntaram, vindas a público na comunicação social, pelo que até que não sejam devidamente esclarecidas todas estas questões e sejamos elucidados no que diz respeito à necessidade de dispormos de toda a informação necessária e suficiente para fundamentar a nossa votação e seja demonstrado por Entidade Competente para o efeito de que não existe qualquer ilicitude não podemos aprovar os referidos pagamentos. _____

Figueiró dos Vinhos, 21 de junho de 2019 _____

O Vereador

Luís Filipe Silva”

Depois destas considerações, **a Câmara Municipal** deliberou por maioria, três votos a favor dos Senhores Vereadores do Partido Socialista e Movimento Figueiró Independente e um voto contra do Senhor Vereador eleito pela Coligação do Partido Social Democrata/Partido Popular, aprovar o pagamento no valor de 3.475,25

- ATA DA REUNIÃO DE 21 DE JUNHO DE 2019 (N.º 13/2019)

euros (três mil quatrocentos e setenta e cinco euros e vinte e cinco cêntimos), relativo a despesas com o seguro de diversos trabalhadores do programa medida emprego-inserção dos meses de dezembro de 2017 a novembro de 2018. _____

O Sr. Presidente da Câmara Municipal Jorge Abreu, não participou na votação e discussão deste assunto por ser dirigente da Associação, tendo-se na altura, ausentado da Sala de reuniões. _____

- ATA DA REUNIÃO DE 21 DE JUNHO DE 2019 (N.º 13/2019)

6. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO _____

- ATA DA REUNIÃO DE 21 DE JUNHO DE 2019 (N.º 13/2019)

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:

E não havendo mais assuntos a tratar nesta reunião, o Senhor Presidente declarou encerrada a mesma, eram dezasseis horas e cinco minutos. _____

Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente ata, que depois de considerada em conformidade com a minuta previamente elaborada e aprovada, vai ser assinada pelo Senhor Presidente e por mim _____, na qualidade de Secretário que a redigi, subscrevi e igualmente assino, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. _____

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

O CHEFE DE DIVISÃO DA U.O.A.F.

- ATA DA REUNIÃO DE 21 DE JUNHO DE 2019 (N.º 13/2019)

- ATA DA REUNIÃO DE 21 DE JUNHO DE 2019 (N.º 13/2019)